



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# **Fé e atitude dos portugueses face à homossexualidade**

**Cátia Daniela Rodrigues Carvalho**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre na especialidade  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Henrique Pereira

**Covilhã, Junho de 2012**



# **Dedicatória**

À minha mãe e ao Pedro.



## **Agradecimentos**

O meu primeiro agradecimento vai para a minha família e todos aqueles que acreditaram que mesmo à distância, a realização deste trabalho seria possível.

Um muito especial agradecimento para o Prof. Doutor Henrique Pereira por me ter orientado e incentivado neste desafio.

À Raquel agradeço a compreensão, tolerância e apoio sempre precioso.

À minha amiga Mariza, com quem discuti os “resultados”, às companheiras e “vizinhas” da Guesthouse UCALL em Luanda, à Estefânia, à Fátima, o meu obrigado pela atenção e paciência.

Não poderia concluir esta dissertação sem deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para que este desafio fosse levado a bom porto.

A todos aqueles que nos momentos difíceis me encorajaram, me apoiaram e me incentivaram a continuar, obrigada!



## **Resumo**

Religião e homossexualidade desde sempre geraram bastante discussão, mantendo até aos nossos dias posições contraditórias. A rejeição da diferença relativamente à orientação sexual dos indivíduos traduz-se no preconceito sexual. Numa sociedade marcadamente heterossexista como a portuguesa, revelou-se pertinente a análise da relação da fé religiosa nas atitudes dos portugueses face à homossexualidade. Outras variáveis foram consideradas e analisadas, tais como, o género, estado civil, idade, habilitações literárias e sua relação com a aceitação ou discriminação dos homossexuais.

Através da disponibilização dos instrumentos numa página na internet, o questionário de Santa Clara de Força da Fé Religiosa (QSCFFR) e o questionário de Avaliação das Atitudes dos portugueses face à Homossexualidade (QAAH), foram registadas as respostas de 800 sujeitos.

Os resultados obtidos revelam que os portugueses com uma força da fé mais elevada apresentam um maior preconceito homossexual. Relativamente ao género, os homens são mais preconceituosos que as mulheres. Quanto ao estado civil, os portugueses casados são mais preconceituosos. No que respeita à idade, ainda que os resultados apresentem algumas reservas, são as gerações mais novas as que demonstram uma maior tolerância. Para as habilitações literárias verifica-se que os portugueses com mais instrução apresentam uma maior aceitação da homossexualidade. Outros dados analisados indicam que os portugueses se opõem à adoção por parte de casais homossexuais.

Podemos concluir que apesar de se verificar uma tendência para a aceitação da homossexualidade entre os portugueses, o preconceito subsiste o que fundamenta o envolvimento de profissionais da Psicologia no desenvolvimento de estratégias que visem o combate a este tipo de discriminação e segregação social.

## **Palavras-chave**

Religião, Fé religiosa, Preconceito, Homossexualidade, Homoparentalidade.

## **Abstract**

Religion and homosexuality have always lead to a great deal of discussion, keeping contradictory positions until today. The rejection of the difference concerning the individual's sexual orientation has lead to sexual prejudice. In an heterosexual society like the Portuguese one, the analysis of the religious faith concerning homosexuality has revealed itself to be of great importance. Other aspects have been considered and analyzed, such as the gender, the marital status, the age, the qualifications and the relationship with the acceptance or discrimination of homosexuality.

By the posting of the instruments on the internet page, the Santa Clara Strength of Religious Faith Questionnaire (SCSRF) and the questionnaire of the Portuguese attitude towards homosexuality (QAH), about 800 answers were registered.

The results that we have obtained reveal that the Portuguese with a stronger religious faith, present a higher sexual prejudice. As far as the sexual gender is concerned, men show more prejudice than women. Concerning marital status, the Portuguese married couples are still more prejudiced. As far as the age is concerned, although the results are not one hundred per cent certain, they show that the youngest generations are the ones that convey a higher tolerance concerning this subject. We can also conclude that the Portuguese with higher qualification present a greater acceptance of homosexuality. All the other data show that the Portuguese people are against the adoption of children by homosexual couples.

As a result, we can conclude that, although a higher tendency to accept homosexuality has been revealed among Portuguese people, the prejudice still remains, which explains the need of the psychological professionals help concerning the development of strategies to fight against this kind of discrimination and social segregation.

## **Keywords**

Religion; Religious Faith; Prejudice; Homosexuality; Homoparenthood



# Índice

Dedicatória .....	iii
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vii
Abstract .....	viii
Índice .....	x
Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Tabelas .....	xv
Lista de Acrónimos .....	xvii
Introdução .....	1
Parte I - Enquadramento teórico .....	3
Capítulo I - A religião.....	4
1.1 Religião, religiosidade e espiritualidade .....	4
1.2 Ateísmo, teísmo e agnosticismo .....	6
1.3 A religião em estudo.....	7
1.4 Religião e preconceito .....	8
Capítulo II - As atitudes.....	10
2.1 As atitudes.....	10
2.2 O modelo tripartido clássico das atitudes .....	11
2.3 A atitude em estudo .....	11
2.4 Preconceito, estereótipo e discriminação .....	13
Capítulo III - Sexualidade e homossexualidade.....	15
3.1 A sexualidade .....	15
3.2 A sexualidade em estudo .....	16
3.3 O surgimento do termo “homossexualidade” .....	17
3.4 Teorias explicativas da homossexualidade .....	18
3.5 O preconceito homossexual .....	20
Parte II - Corpo empírico .....	22
Capítulo IV - Apresentação do estudo .....	23
4.1 Tipo de estudo .....	23
4.2 Objetivos da investigação .....	23
4.3 Hipóteses .....	23
4.4 Definição das variáveis em estudo .....	24
Capítulo V - Método .....	25
5.1 Participantes .....	25
5.2 Caracterização dos instrumentos .....	30
5.2.1 Questionário Sociodemográfico .....	30

5.2.2 Questionário de Santa Clara de Força da Fé Religiosa (versão portuguesa) (QSCFFR) .....	30
5.2.3 Questionário de avaliação das atitudes dos portugueses face à homossexualidade (QAAH) .....	30
5.3 Procedimentos .....	32
5.4 Análise estatística.....	32
<b>Capítulo VI - Resultados .....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo VII - Discussão .....</b>	<b>43</b>
<b>Capítulo VIII - Considerações finais .....</b>	<b>45</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>48</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>56</b>



## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente aos grupos etários.....	25
Figura 2 - Distribuição percentual da amostra relativamente ao género.....	26
Figura 3 - Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente ao estado civil....	26
Figura 4 - Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente às habilitações literárias.....	27
Figura 5 - Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente à profissão/ocupação.....	28
Figura 6 - Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente à zona de residência.....	28
Figura 7 - Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente à filiação religiosa.....	29
Figura 8 - Distribuição percentual da amostra relativamente à orientação sexual.....	29
Figura 9 - Distribuição frequencial e percentual da amostra para a questão 23 do QAAH.....	42
Figura 10 - Distribuição frequencial e percentual da amostra para a questão 28 do QAAH.....	42



## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Distribuição dos valores médios da amostra relativamente à idade.....	25
Tabela 2 - Análise fatorial através do KMO e Bartlett.....	31
Tabela 3 - Distribuição dos valores médios da amostra relativamente à fé global.....	33
Tabela 4 - Distribuição dos valores médios da amostra relativamente à atitude global.....	33
Tabela 5 - Distribuição dos valores médios e significância da atitude global e fatores relativamente ao nível de fé.....	34
Tabela 6 - Distribuição dos valores médios e significância da atitude global e fatores relativamente ao género.....	35
Tabela 7 - Distribuição dos valores médios e significância da atitude global e fatores relativamente ao estado civil.....	37
Tabela 8 - Distribuição dos valores médios e significância da atitude global e fatores relativamente aos grupos etários.....	39
Tabela 9 - Distribuição dos valores médios e significância da atitude global e fatores relativamente às habilitações literárias.....	40



## **Lista de Acrónimos**

<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros
<b>SCSRF</b>	Santa Clara Strength of Religious Faith Questionnaire
<b>QSCFFR</b>	Questionário de Santa Clara da Força da Fé Religiosa
<b>QAH</b>	The Portuguese attitude towards homosexuality Questionnaire
<b>QAAH</b>	Questionário de Avaliação das Atitudes dos portugueses face à Homossexualidade
<b>WHO</b>	World Health Organization
<b>EVS</b>	European Values Survey
<b>ESS1</b>	European Social Survey



## **Introdução**

A homossexualidade é um tema que nos habituou ao debate, à controvérsia e marcação de posições extremas. Os meios de comunicação social frequentemente noticiam casamentos homossexuais, manifestações e/ou reivindicações dos seus direitos e atos de violência dos quais padecem. Parece ser uma luta onde algum espaço foi conquistado mas por muito mais se anseia.

Desde os tempos mais remotos que à sexualidade se impõe a “norma”, e, todo o comportamento que desta desvia, não é aceite sem questão ou oposição. Desta forma, Herek (2000) definiu o “preconceito sexual” como uma atitude negativa em relação a uma pessoa devido à sua orientação sexual.

Este comportamento verifica-se perante uma orientação sexual não dominante e, tal como Dermer, Smith e Barto (2010) afirmaram, todo aquele que seja associado a uma minoria sexual (lésbicas, gays e outras orientações) terá que lidar com a opressão resultante desse estatuto e consequentemente com o privilégio atribuído ao ser heterossexual (Smith & Chen-Hayes, 2003).

De acordo com Ceccarelli (2000), as práticas “contra a natureza” são consideradas um atentado ao pudor, aos bons costumes e à opinião pública e trazem severas sanções para aqueles que não se mantêm no “normal”.

O que advém destas considerações, traduz-se em discriminação e violência direcionada àqueles que assumem a diferença, tal como se considerou nos estudos de Bockting e Cesaretti (2001) e LaSala (2006) (McLeland & Sutton, 2008).

Alguns teóricos proeminentes têm argumentado que as ideologias culturais e instituições (por exemplo, normas sobre o papel do género, religião, leis, linguagem) fornecem a base para as crenças e atitudes negativas dos indivíduos em relação aos homossexuais (Herek, 1987, 2000, 2007; Kimmel, 1997, citado por Vincent, Parrott & Peterson, 2011).

Várias sociedades assumem tais comportamentos como indesejáveis e não condizentes com o respeito pela liberdade e dignidade humana. Contudo, o preconceito permanece. Esta incongruência poderá ser apontada como uma das razões que motivam o estudo da discriminação, explícita ou implícita, que teima em perpetuar-se contra os homossexuais.

Diversos estudos identificaram preditores da atitude em relação à homossexualidade, tais como o género, a idade, nível educacional, rendimento, urbanidade, ideologias políticas, personalidade dos indivíduos e até o contato próximo com homossexuais. Porém, nos últimos 30 anos, muitos investigadores procuraram entender o papel da religião no preconceito (Batson & Burris, 1994; Batson, Schoenrade, & Ventis, 1993; Gorsuch & Aleshire, 1974; Hood, Spilka, Hunsberger, & Gorsuch, 1995; Hunsberger, 1995, citado por Hunsberger & Jackson, 2005), tema que ainda hoje suscita interesse e curiosidade de vários profissionais.

Callegher (2010) realça a tendência para o facto das religiões imporem restrições sobre a atividade sexual e a possibilidade das doutrinas influenciarem negativamente os membros mais jovens no que respeita aos direitos das pessoas com relações homossexuais. Tal como referiu Herek (2004), as atitudes negativas relativamente a outras orientações sexuais são provavelmente resultado de um sistema de crenças que incluem um elevado nível de religiosidade e conservadorismo em relação ao sexo e sexualidade.

Assim sendo, a presente investigação pretende relacionar o nível da força da fé, género, estado civil, idade e habilitações literárias com o preconceito homossexual.

Partindo de uma revisão bibliográfica sobre a qual se fundamenta esta investigação, numa primeira parte desta dissertação são abordados temas como a religião, religiosidade, espiritualidade, ateísmo, teísmo e agnosticismo e, a religião e sua relação com o preconceito. Relativamente ao tema atitude, é abordado o modelo tripartido clássico das atitudes, alguns estudos importantes neste domínio, o preconceito, estereótipo e discriminação. No que concerne à sexualidade e homossexualidade, são apresentadas algumas considerações subjacentes à investigação do tema, o surgimento do termo homossexualidade, teorias explicativas e, o preconceito homossexual.

A segunda parte visa a apresentação do estudo empírico desenvolvido, sendo apresentada a descrição e caracterização da investigação onde figuram os objetivos e as hipóteses formuladas, as variáveis identificadas e ainda o método utilizado. Engloba também a caracterização das participantes, a descrição dos instrumentos utilizados e dos procedimentos realizados para a operacionalização das variáveis e respetiva concretização do estudo.

Por fim, segue-se a discussão dos resultados e considerações finais, não esquecendo a abordagem às limitações do estudo.

## **Parte I - Enquadramento teórico**

---

# Capítulo I - A religião

## 1.1 Religião, religiosidade e espiritualidade

Sucessivas desvalorizações se observaram no estudo científico da religião. Considerava-se que crença religiosa e fé seriam patamares inferiores à ciência e revelariam desconhecimento das causas naturais dos fenómenos (Guerriero, 2005, citado por Santos, 2008).

Para Catalan (1999), o objetivo geral da Psicologia da Religião é inventariar comportamentos religiosos, explorar diferenças significativas religiosas, compreender os comportamentos religiosos com relação a outros fenómenos humanos e conceber uma estrutura psicológica do comportamento religioso (Rodrigues, 2008).

Segundo Emmons e Paloutzian (2003, citado por Neto, 2008) a Psicologia da Religião tornou-se um assunto relevante nas últimas décadas do século XX e mais ainda com a publicação de vários artigos e a criação em 1976 da Division 36 Psychology of Religion, da American Psychological Association (APA).

De acordo com Paiva (2005), o termo espiritualidade foi introduzido nos estudos da Psicologia da Religião pela escola de Nijmegen na Holanda, antecedendo a Psicologia da Espiritualidade. A espiritualidade passa a ser estudada em sobreposição aos conceitos de religião e religiosidade. A corrente teórico-metodológica que dominava na época era a humanista. Neste contexto, os profissionais anglo-saxónicos voltavam-se para o desenvolvimento de instrumentos de medida da espiritualidade. Porém, apenas com o surgimento do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) em 1994, é que foram considerados os problemas de ordem religiosa ou espiritual. Só mais tarde as revistas científicas foram dedicando especial atenção ao tema, tal como aconteceu com a *American Psychologist* em 2003, abordando temas como a religiosidade, espiritualidade e saúde (Bomfim, 2009).

Vários dicionários de Psicologia da década de 90 não fazem referência a termos como a religião, religiosidade e/ou espiritualidade, o que antevê uma dificuldade para os investigadores da área em abordar o tema de forma objetiva (Bomfim, 2009).

Clarificando conceitos, a religião implica uma organização social/institucional fundada em crenças e práticas sobrenaturais (Santos, 2008). Para Barros (2000) é uma das dimensões mais importantes da vida humana, na medida em que “Ela influencia o sentido da vida e da morte, o modo como se encara o mundo e os homens, as alegrias e o sofrimento, o modo como se vive a vida familiar (atitude frente ao divórcio, ao aborto, ao número de filhos, etc.), a maneira como se interpreta e vive a sexualidade, a tolerância ou o racismo, a política, a profissão” (p. 5).

Segundo Glock (1962, citado por Neto, 1997) a religião apresenta cinco dimensões básicas. A frequência a práticas ou a serviços religiosos refere-se à “dimensão ritualística”; o conhecimento direto da realidade essencial que deriva da experiência ou emoção religiosa

apresenta-se como a “dimensão vivencial”; o sistema de crenças como a “dimensão ideológica”; o conhecimento ou domínio de doutrinas e textos sagrados como a “dimensão intelectual” e, a “dimensão consequencial” que se revela nas boas obras e efeitos das outras dimensões. Conforme Leal (2005), a religião é compreendida entre a condução do sagrado e do profano, pela construção de códigos morais que se institucionalizam, norteiam a vida daqueles que se dizem religiosos e, indiretamente, daqueles que não se consideram religiosos ou seguidores de alguma religião ou mesmo não crêem na existência e ação transcendente (Bomfim, 2009).

A distinção dos construtos religiosidade e espiritualidade desde sempre se apresentou controversa. Segundo Neto (2008), o processo de definição deve assentar em diferentes níveis de análise, entre os quais se integram o individual, social, cultural e global. A não consideração de um dos níveis pode comprometer o seu estudo e entendimento.

A religiosidade, definida por Lukoff (1992), corresponde à adesão a crenças e práticas relativas a uma instituição religiosa organizada (Faria & Seidl, 2005). Espiritualidade refere-se à pessoa que acredita, valoriza ou tem devoção por algum poder considerado superior. Contudo, não possui necessariamente crenças religiosas ou devoção associada a uma religião (Worthington, Kurusu & McCullough, 1996, citado por Faria & Seidl, 2005).

Para Santos (2008) a religiosidade é vista fundamentalmente como um fenómeno social, enquanto a espiritualidade se assume como individual, mesmo tendo em conta o contexto. Não obstante, a primeira também pode ser descrita como um aspecto individual do ser humano, uma vez que cada indivíduo pode descrever a sua religiosidade. Assim, religiosidade e espiritualidade são construtos interligados que partilham algumas características (Doswell, Kouyate & Taylor, 2003; Miller & Thoresen, 2003, citado por Santos, 2008).

Chatters, Levin e Taylor (1992) apresentaram três dimensões da religiosidade. A “religiosidade organizacional” que compreende os comportamentos religiosos que ocorrem no contexto da instituição religiosa e o desempenho de cargos ou funções religiosas; a “religiosidade não organizacional” que engloba comportamentos religiosos privados ou informais que ocorrem fora do contexto da instituição religiosa; e, a “religiosidade subjectiva” que está associada aos aspetos psicológicos da religiosidade, ou seja, às crenças, conhecimentos e atitudes relativas à experiência religiosa, autorrelatos e significado pessoal atribuído à própria religião (Funai, 2010).

Ainda no que respeita ao construto de religiosidade, é pertinente discriminar a religiosidade intrínseca de extrínseca, classificação apresentada por Allport e Ross. Para Payne (1991, citado por Neto, 1997), a primeira corresponde ao compromisso onde a religião é vista como um fim, vivida de modo não egoísta, preocupando-se mais com os princípios do que com as consequências. Quanto à vertente extrínseca, Kahoe (1985) considera que esta é a religião de conforto e de convenção social, é utilitária, serve a si próprio, remetendo a religião a objetivos não religiosos. Em suma, a pessoa motivada intrínsecamente vive a religião, enquanto que, motivada extrínsecamente, usa a religião (Allport & Ross, 1967,

citado por Neto, 1997). Tal como defenderam Hathaway e Pargament (1990, citado por Panzini, 2004), na orientação intrínseca, crença e fé são totalmente interiorizadas sem reservas e profundamente vivenciadas. Na extrínseca, há uma subordinação da religião a propósitos não religiosos.

Toda a Humanidade se assume como diversa historicamente, etnicamente e linguisticamente. O mesmo sucede na religião. Esta imensa diversidade persiste entre ateus e religiosos, entre formas distintas de religião (cristãos e budistas), entre ramos religiosos com pontos em comum (judeus e muçulmanos), entre expressões internas da mesma religião, e, entre expressões geográfico-históricas da mesma fé, como por exemplo, católicos espanhóis e católicos norte-americanos (Silva, 2004). A religião e sua heterogeneidade, incute em cada indivíduo um estilo próprio e comportamentos religiosos diversos. Neste sentido, Fowler (1994, citado por Neto, 1997) definiu experiência religiosa como individual, uma vez que, perante a mesma crença, estão subjacentes comportamentos distintos entre os indivíduos.

A crença religiosa que parece indissociável de qualquer religião, Eliade (1996, citado por Baltazar, 2003) define-a como um conjunto de significações válidas, que não são suscetíveis de descrição concisa. Porém, organizam os ritos e práticas religiosas. Optar por determinado credo e defender determinadas crenças e práticas religiosas deverá cruzar com uma liberdade absoluta. De acordo com Silva (2004), essa liberdade deve incluir a liberdade de não crença, da expressão de ateísmos, agnosticismos ou da simples indiferença perante valores religiosos. Para Zamorra e Kuenerz (2002, citado por Santos, 2008) “a crença religiosa não se trata de um equívoco (...) mas trata-se de uma forma de encarar o mundo, com os seus critérios próprios de veracidade e fidedignidade, pertinentes à fé” (pág. 79). A pessoa que se afirma crente, será, se efetivamente a sua conduta manifestar consonância com os pressupostos da própria crença. Tal como referiu Barros (2000): “Só quando há coerência entre a fé e a vida, é que uma pessoa é verdadeiramente religiosa. De contrário, diz-se ou parece religiosa, mas na realidade não o é” (p. 139).

Relativamente ao construto fé, não podemos descurar o contributo de Fowler (1981) com a sua teoria desenvolvimental sobre os estádios da fé, composta por seis estádios que teve como base um novo conceito de fé. Para o autor, a fé constitui uma característica universal de todos os seres humanos, independentemente da religião que cada um professa ou a própria opção entre religião, agnosticismo ou ateísmo. A partir do nascimento, todo o indivíduo está capacitado para a fé (Neto, 2008).

## **1.2 Ateísmo, teísmo e agnosticismo**

O ateísmo em geral, apresenta-se como a crítica e a negação de crenças metafísicas em Deus ou seres espirituais. Como tal, é normalmente distinguido do teísmo, que afirma a realidade do divino e muitas vezes procura demonstrar a sua existência. O ateísmo é ainda distinguido do agnosticismo, que deixa em aberto a questão de saber se existe ou não um Deus.

Um núcleo central comum do judaísmo, cristianismo e islamismo é a afirmação da realidade de um, e somente um Deus. Os seguidores dessas religiões acreditam que existe um Deus que criou o universo e que tem soberania absoluta sobre toda a sua criação, o que inclui, naturalmente, os seres humanos.

As variedades do ateísmo são numerosas e todos os ateus rejeitam qualquer crença (Nielsen, K., 2010).

Para Barros (2000), o ateísmo trata de uma opção contra a atitude religiosa e apresenta várias formas. O “ateísmo vulgar” que se assume através de *slogans* e preconceitos contra Deus; o “ateísmo prático” onde o dinheiro, o prazer e o poder se assumem como os verdadeiros deuses; o “ateísmo existencial ou humanista” onde impera a crença de que Deus tem que morrer para que o homem viva; o “ateísmo revoltado ou militante” que partiu da revolta de Nietzsche que declarava morte a Deus; o “ateísmo ético” que se baseia na descrença em Deus pelo facto de existir o mal e sofrimento no mundo; o “ateísmo científico” assente na ideia de que um dia a ciência e tecnologia substituirão Deus; o “ateísmo sociológico ou económico” que se refere à religião como o ópio do povo; e, finalmente, o “ateísmo psicológico” que deriva da concepção da religião como uma “neurose obsessiva” ou “ilusão” sem futuro.

Vergote (1966) enumerou os processos psicológicos que mais se apresentam no ateísmo, nomeadamente, a defesa contra o divino, na medida em que, desde os tempos mais antigos, o divino e o sagrado eram tidos como ameaças; a valorização da razão, uma vez que Deus se opõe à razão que não admite mistérios nem verdades eternas; o mito do filho rebelde, tal como Nietzsche afirmara, o homem como um ser por natureza revoltado; e, a legitimação do prazer (sexual ou outro) por culpa de toda a contestação da religião (Barros, 2000).

### 1.3 A religião em estudo

Os hebreus, povo considerado pró-natalista, uma vez que incentivavam a procriação e reprimiam o sexo não reprodutivo, estavam também submersos numa rígida divisão de papéis sexuais, condenando qualquer inversão de género e travestismo. É importante aqui referir o facto relatado sobre as cidades Bíblicas de Sodoma e Gomorra. As pessoas que se relacionavam afetivamente com outras do mesmo sexo ou praticavam o coito sem fins reprodutivos passaram a ser chamadas de sodomitas e constituíam uma ameaça aos princípios da cultura hebraica (Davi, 2005).

Analisando a Bíblia e livros do Antigo Testamento percebemos que a homossexualidade é considerada como pecado, uma vez que se privilegiava o casamento monogâmico ou o celibato. Nos países Islâmicos a homossexualidade é um assunto intocável. A punição para quem tem esta orientação é o encarceramento ou a morte (Davi, 2005).

Atualmente, a doutrina da Igreja opõe-se a determinados valores e comportamentos assumidos no seio de mentalidades modernas, como por exemplo, na sexualidade (questão

que resulta especialmente paradigmática do confronto de visões do mundo e sensibilidades morais), mas também noutras, como o divórcio, a bioética, a eutanásia, a homossexualidade, os novos modelos familiares, etc. (Menéndez, 2007).

Nos últimos tempos, são vários os estudos que tentam encontrar relação entre a religiosidade, espiritualidade ou mesmo a fé em determinada crença, com comportamentos sexuais. A ideia central que se apresenta nas hipóteses desses estudos é o caráter protetor da religiosidade e/ou espiritualidade face a comportamentos sexuais de risco. Nesta perspetiva, o adiar o início da vida sexual, a adoção de comportamentos como a monogamia, que evitam doenças e outras complicações (Rostosky, Wilcox, Wright & Randall, 2004), o uso de preservativo e outros métodos contraceptivos entre os jovens (Whitehead, 2001) serão resultado do fator protetor da religião e religiosidade, respetivamente (Santos, 2008).

Para pessoas religiosas, a saúde e sua relação com os comportamentos sexuais, como o sexo antes do casamento e o uso de métodos contraceptivos, particularmente o preservativo, são monitorizados e controlados por regras. Tal como declarou Rodrigues (2003), parece existir uma estreita relação entre comportamento sexual de muitas mulheres católicas e as orientações doutrinárias desta Igreja. Porém, estas mulheres não se encontram insatisfeitas com a sua religião e aceitam viver com a incongruência. Sabemos que a Igreja Católica combate toda a prática sexual sem fins reprodutivos, desta forma, intolerante para com o uso de métodos contraceptivos (Santos, 2008). Citando o mesmo autor, em 2005, a World Health Organization (WHO) apresentou dados sobre jovens de países em desenvolvimento, com culturas extremamente influenciadas por religiões, onde se destacam percentagens elevadas de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.

Nos Estados Unidos, a maioria dos adolescentes considera-se religiosa e que os preceitos e tradições religiosas condicionam a tomada de decisão sobre comportamentos sexuais (Whitehead, 2001, citado por Santos).

Portugal, no que se refere à religião destaca-se quando comparado com outros países europeus. No European Value Survey (EVS) de 1999-2000 e no European Social Survey (ESS1), é de salientar o elevado grau de confiança que os portugueses depositam na Igreja, pois assumem-se como os europeus que mais confiam nesta instituição, sendo que 81% professam a religião católica, superados apenas pela Polónia. Os portugueses apresentam uma alta identificação religiosa com o catolicismo; uma prática religiosa não tão elevada como a sua identidade católica (embora superior à média dos oito países), expressa mais na oração individual do que na assistência à missa; um elevado nível de crença em Deus, claramente relacionado com o Deus pessoal da tradição católica, embora mantendo em simultâneo mais ceticismo do que fé nas crenças no além.

#### **1.4 Religião e preconceito**

Alguns estudos associam de forma positiva aspetos da religiosidade ao desenvolvimento de atitudes discriminatórias. Esta consideração será um contrassenso na

medida em que as principais orientações religiosas apelam à tolerância, respeito e amor ao próximo. Características como a raça, etnia, género e sexo deveriam encontrar na religião uma forma de compreensão e respeito (Oliveira, 2007).

Neto (1998, p. 552) sobre a ligação da religião e o preconceito disse: “A ligação religião-preconceito desaparece, todavia, quando a religião é encarada em termos de compromisso ético e não tanto de membro da Igreja ou da ortodoxia.”

Vários estudos indicam que a religião tem uma influência poderosa nas atitudes sobre a homossexualidade em muitos países (Adamczyk & Pitt, 2009).

Fisher et al. (1994, citado por Felson, 2011) demonstraram que pessoas que se identificam com as denominações protestantes conservadoras são mais propensas do que os católicos ou judeus a perceber as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo como imorais. Para Whitley (2009), no geral, as pessoas que mostram um maior compromisso religioso são também mais propensas a acreditar que a atividade homossexual é imoral.

Opiniões sobre a legalidade do casamento entre membros do mesmo sexo estão intimamente relacionadas com opiniões sobre a moralidade das relações sexuais entre adultos do mesmo sexo (Cochran & Beeghley, 1991; Olson, Cadge & Harrison, 2006, citado por Felson, 2011).

Os mais conservadores tendem a ver as pessoas do mesmo sexo e relações sexuais entre estes como uma violação dos valores básicos, opondo-se ao casamento homossexual. Já os liberais, que geralmente são mais seculares, tendem a perceber os homossexuais como uma minoria desfavorecida, considerando o casamento homossexual como um direito civil (Felson, 2011).

Ao longo deste capítulo, percebemos que a religião desempenha um papel de grande relevo na vida dos indivíduos, mesmo para aqueles que se afirmam ateus ou agnósticos, o que desde logo permeia a sua vivência.

Os valores, costumes, hábitos e ritos que marcam a vida em sociedade determinam a tomada de decisão dos seus atores. Neste sentido, é imperativo compreender de que modo o indivíduo reage e se adapta a novas formas de sentir, pensar e agir de uma sociedade em constante mudança. Partindo desta consideração, é indispensável abordar o conceito de atitude. Parales e Vizcaíno (2007, citado por Álvarez & Jurgenson, 2009) afirmam que as atitudes são manifestações individuais que designam processos internos e neuronais que, por sua vez, orientam a ação. Assim sendo, o seu estudo constitui um pré-requisito para a compreensão e previsão do comportamento.

## Capítulo II - As atitudes

### 2.1 As atitudes

Vários psicólogos sociais definem atitude como um conjunto bastante estável de visões mentais e de avaliações relativamente a uma ideia, objeto ou pessoa (Eagly & Chaiken, 1993, citado por Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003).

De acordo com Coimbra e Castro (2001) é uma predisposição para reagir de forma positiva ou negativa, adquirida socialmente e relativamente duradoura. São combinações de crenças, sentimentos ou avaliações e alguma predisposição para agir em consonância (Gleitman et al., 2003). Para Ajzen (1988, citado por Mendonça & Tamayo, 2003), a atitude é uma “predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um objecto, pessoa, instituição ou acontecimento” (p. 4).

As atitudes formam-se e desenvolvem-se no processo de socialização do indivíduo. De forma inconsciente, o indivíduo vai interiorizando as atitudes predominantes da sociedade em que se insere. O contexto social é preponderante na sua formação, quer pelas influências sociais, experiências pessoais e a forma como cada indivíduo as analisa e avalia. Os pais que se assumem como modelos na infância dos indivíduos, os pares na adolescência e vida adulta e os *mass media*, transmitem um conjunto de crenças, valores e atitudes que induzem a sua adoção (Coimbra & Castro). Tal como defendeu Oliveira (2007), as origens das atitudes são culturais, familiares e pessoais, isto é, tendemos a assumir as atitudes que prevalecem na cultura em que crescemos, a sua maioria adquirida dentro da estrutura familiar. Neto (1998), para além da aprendizagem social, indica outras fontes de formação das atitudes como a aprendizagem por experiência direta e, a observação do próprio comportamento. As vivências singulares de cada indivíduo e a análise e reflexão do seu próprio comportamento têm um papel determinante na repetição e/ou mudança das atitudes.

As atitudes assumem quatro características. A “direção” que designa o sentido positivo ou negativo do objeto da atitude. O indivíduo posiciona-se a favor ou contra, sentindo atração ou repulsa. Associada à primeira apresenta-se a “intensidade” opondo posições extremadas. A “dimensão” da atitude que nos permite perceber se se trata de um objeto complexo ou simples ainda indefinido. E, por último, a “acessibilidade” que se refere à probabilidade da atitude ser automaticamente ativada quando o indivíduo está perante o seu objeto. Esta última está também associada à força, à forma e à frequência com que se regista no comportamento do indivíduo (Neto, 1998).

A força da atitude é algo muito importante quando tentamos compreender o comportamento dos indivíduos. Segundo Bassili (1993, 1995) e Kraus (1995), as pessoas comportam-se de modo mais consistente com as suas atitudes fortes do que com as fracas (Gleitman et al., 2003). Como nos indica Drucker (2005), quanto maior for a consistência cognitiva de uma atitude (Adelson, 1968), maior será a sua tendência para predizer um comportamento e, menor será a sua dissonância cognitiva (Festinger, 1957), ou seja, menor

será o desconforto sentido pelo indivíduo em relação à percepção de si mesmo e do mundo, o que por sua vez, potencia a ocorrência de erros de atribuição causal (Bem, 1970).

## **2.2 O modelo tripartido clássico das atitudes**

O modelo clássico tripartido de Rosenberg e Hovland (1960) considera que as atitudes têm três componentes. A “componente afetiva”, que se caracteriza por sentimentos positivos ou negativos que o indivíduo tem em relação à situação, pessoa ou objeto em causa. A “componente cognitiva”, que se refere a pensamentos e crenças sobre a situação, pessoa ou objeto, e, a “componente comportamental”, que se traduz na predisposição do indivíduo para se comportar e agir de determinada forma face à situação, pessoa ou objeto (Mendonça & Tamayo, 2003).

Estruturadas e apoiadas nestas componentes estão as funções psicológicas da atitude. O processo de definição de grupos sociais, o estabelecimento de identidades e o auxílio no pensamento e comportamento do indivíduo em geral são consideradas por Neto (1998) como as suas funções.

Para Adelson (1968), a atitude pode assumir a função “instrumental”, que mantemos por razões práticas; a de “conhecimento”, que dá sentido às informações obtidas; a de “expressão de valores” que traduz valores e auto conceitos; a de “defesa do ego” cuja finalidade consiste em proteger-nos da ansiedade ou de ameaças à autoestima; e, a de “ajuste social” que auxilia no processo de inserção na comunidade social (Drucker, 2005).

## **2.3 A atitude em estudo**

Relacionando o conceito da atitude com o tema em estudo, observa-se a existência de dois tipos de atitudes em relação à sexualidade segundo López e Fuertes (1999). A atitude “conservadora” que encara a sexualidade em termos reprodutivos e, a “atitude liberal”, que não reduz a sexualidade à reprodução mas inclui outras valências como o prazer, sentimentos, forma de comunicação, entre outras (Albuquerque & Ramos, 2007).

Citando Machado Pais, Villaverde Cabral e Vala (2000) no estudo sobre atitudes e práticas religiosas dos portugueses, é indispensável discriminar a dimensão da moralidade e da sexualidade. Daqui resultou a consideração de que a intensidade da prática religiosa está associada à rejeição de atitudes liberais perante a vida sexual e conjugal. Entre outras apreciações, verificou-se que os católicos praticantes (cerca de 25% da população inquirida) são quem mais rejeitam a homossexualidade (87%).

Um estudo realizado em 1996 por Hunsberger sobre a influência da pertença a religiões não cristãs (muçulmana, hindu e judaica) e atitudes preconceituosas em relação a homossexuais do sexo masculino, mostrou correlações positivas entre fundamentalismo religioso, autoritarismo e o preconceito contra homossexuais. Assim sendo, os sujeitos mais

fundamentalistas e autoritários expressaram atitudes mais preconceituosas em relação à homossexualidade, independentemente do seu tipo de religião.

Barret e Barzan (1996) através da sua análise ao discurso religioso, constataram que as instituições religiosas ocidentais consideram os homossexuais pecadores, indivíduos indesejáveis e, como tal, não podem participar das actividades religiosas (Pereira, 2004).

De acordo com Neto (2008), e analisando o género, estudos demonstram que os princípios religiosos têm um maior impacto no comportamento feminino do que no masculino, influenciando de forma mais incisiva a opinião das mulheres e a relevância nas suas vidas (Sheeran & Spears, 1996; Batson, Schoenrade & Ventis, 1993).

Um estudo da socióloga Maria Machado intitulado “Homofobia e Violência: um estudo sobre os discursos e ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos LGBT”, entre Outubro de 2007 e Outubro de 2008, demonstrou com algumas restrições, que a Igreja Católica, entre as religiões apresentadas (religião católica, evangélica, espírita, afro-brasileira e judaica) é a que possui um discurso que mais se aproxima da prática inclusiva, não homofóbica, não considerando o fenómeno patológico ou resultado de forças e fatores espirituais e religiosos “demoníacos” responsáveis por uma sexualidade desviante (Bomfim, 2009).

Kim, D'Andrea, Sahu e Gaughen (1998), consideraram a homossexualidade como um dos temas mais estudados nas duas últimas décadas nos Estados Unidos. O reconhecimento público da identidade sexual, a luta contra o preconceito e discriminação, o interesse político e social que está na base do aparecimento de várias organizações defensoras dos direitos dos homossexuais, a associação do comportamento sexual dos homossexuais à epidemia SIDA e a crescente aceitação da homossexualidade na sociedade contemporânea, podem ser apontados como os principais fatores que despertam o interesse pelo seu estudo. Como resposta a este ativismo verifica-se o aumento da violência direcionada aos seus atores (D'Augelli, 1989; Eliason, & Randall, 1991; Norris, 1991).

Ao estudar os fatores que contribuem para atitudes mais positivas para com os homossexuais, Wells e Franken (1987) descobriram entre estudantes universitários norte americanos que os indivíduos que têm informações mais precisas sobre a homossexualidade, revelam atitudes mais positivas, ou seja, quanto mais conhecem sobre o estilo de vida dos homossexuais maior será a sua aceitação. No entanto, é importante ter em atenção que as atitudes e o conhecimento dos indivíduos sobre o tema poderá ser influenciado pela diversidade étnica, tal como Herek (1984) considerou.

Num estudo de Frank e McEneaney (1999), constatou-se nos últimos 20 anos, em 86 países, para além de uma tendência para a descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo, uma variedade na forma como estas são tratadas. Em determinados países, a “Constituição” assegura um conjunto de direitos aos homossexuais, noutros, observa-se a punição severa (Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

Segundo Santos (1999, citado por Lacerda, Pereira & Camino, 2002), na maioria dos países, o racismo é formalmente proibido e qualquer manifestação racista é desencorajada.

Contudo, ainda que sejam reprovadas estas ações discriminatórias, o que se tem verificado é o seu aumento (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1998, 1999).

## **2.4 Preconceito, estereótipo e discriminação**

Desde os anos 20 do século transato, que aos psicólogos sociais interessa compreender o preconceito. Na base deste interesse estava a discriminação das minorias. Para Gordon Allport (1954, citado por Lima & Vala, 2004), o preconceito pode ser definido como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente.

Para Augoustinos e Reynolds (2001, citado por Pereira, 2004), da análise das definições mais recentes do preconceito, sobressaem dois aspectos. O primeiro define o preconceito como uma orientação negativa em relação aos membros de determinado grupo. Já o segundo, remete para algo que é aversivo, injustificado, irracional, erróneo e inflexível.

De acordo com Lacerda, Pereira e Camino (2002), a definição de preconceito sofreu uma evolução. Classicamente, o preconceito tem sido estudado como uma característica psicológica do indivíduo. Para Hovland e Sears, em 1940, o preconceito era uma frustração reprimida e deslocada para grupos mais fracos; o desenvolvimento de um tipo de personalidade autoritária para Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950); a pouca disposição à abertura mental segundo Rokeach (1960); a falta de contatos com membros de grupos minoritários para Allport (1954). Posteriormente, os teóricos da cognição social estudaram-no como um erro no processamento de informação (Hamilton, 1979; Hewstone, 1990; Pettigrew, 1979; Ross, 1977; Schaller, 1991). Na perspetiva das relações intergrupais, Tajfel (1972) e Tajfel, Flament, Billig e Bundy (1971) explicaram o preconceito como o resultado da inserção do indivíduo numa categoria social. A pertença a uma categoria social leva à atribuição de atributos positivos aos membros desse grupo e negativos aos membros de outro grupo (Abrams & Hogg, 1990; Hogg & Abrams, 1988; Tajfel, 1978). Tal como explica a teoria da identidade social, por Tajfel (1982), que atribui uma imagem favorável ao endogrupo e uma desfavorável ao exogrupo.

No que respeita aos estereótipos, são um conjunto de crenças simples, generalizadas de forma excessiva e frequentemente erradas que se associam a grupos sociais (Neto, 1998). Neste sentido, preconceito e estereótipo são as bases psicossociais que justificam o ato discriminatório. Este, relatando Myers (2000), traduz-se num conjunto de ações planeadas e fundamentadas em pré-julgamentos contra os membros de determinado grupo (Pereira, 2004).

Do estudo de Pettigrew e Meertens (1995) sobre o preconceito em relação às minorias raciais na Europa, há a reter dois aspetos essenciais. O primeiro aspeto depreende-se com o facto de o preconceito aparecer formado por duas dimensões: o “preconceito flagrante” e o “subtil”. O flagrante é constituído por dois factores: a perceção da ameaça e a rejeição de

relações de proximidade. O subtil apresenta três componentes: a perceção de que o exogrupo não partilha de valores de trabalho e sucesso, diferenças culturais acentuadas e, negação de emoções positivas relativamente aos membros do exogrupo. O segundo aspeto a reter resulta da combinação dessas dimensões, de onde derivaram três tipos de indivíduos: os “preconceituosos flagrantes” (com alta rejeição à proximidade e negação de emoções positivas); os “preconceituosos subtis” (com pouca rejeição à proximidade e negação de emoções positivas) e, os “igualitários ou não preconceituosos” (com baixa rejeição à proximidade e expressão de emoções positivas).

Lacerda, Pereira e Camino (2002) concluíram no seu estudo que a pertença religiosa não influencia a distinção entre preconceito flagrante e subtil. Porém, são as explicações religiosas e a sua relação com as explicações ético-morais da homossexualidade os fatores organizadores dessa distinção.

A abordagem de temas como a atitude e o preconceito permitem-nos compreender como se constroem as bases do comportamento discriminatório do qual padecem alguns indivíduos, frequentemente associados a minorias, sejam raciais, étnicas e/ou sexuais. Sendo o preconceito sexual objeto do presente estudo, assume extrema importância a análise de construtos como a sexualidade, homossexualidade e suas explicações.

## Capítulo III - Sexualidade e homossexualidade

### 3.1 A sexualidade

Até ao século XIX, não se estabeleciam limites ao que era ou não sexual. O sexo era visto como uma prática errada mas, um comportamento definido que não englobava as várias dimensões do que hoje é denominado “sexualidade” (Chalar-Silva, 1989, citado por Nedeff, 2001).

Só no final do século XX, com o contributo de várias ciências como a medicina, psicologia, psicanálise, antropologia, sociologia, etologia e educação se compôs uma estrutura interdisciplinar daquilo a que hoje se refere a sexologia moderna (Serapião, 1997, citado por Nedeff, 2001). Desta forma, caracterizou-se a conduta sexual humana como uma interação entre o biológico, o sociocultural e o psicológico.

Tal como Bozon (2004), Foucault (1999) e Giddens (1993) assentiram, a sexualidade não se limita a comportamentos ou práticas sexuais com o propósito da reprodução biológica da espécie pois estende-se aos aspetos culturais, dimensões políticas e sociais do meio em que é vivenciada (Zucco & Minayo, 2009).

Segundo Gagnon e Simon (1973), na perspetiva das ciências sociais, a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende da socialização, da aprendizagem de determinadas regras e normas inerentes a cenários culturais (Heilborn & Brandão, 1999).

Compreender a construção da identidade e o papel sexual e de género que se manifestam a partir do nascimento é uma questão de máxima importância na sexualidade humana.

Para Diamond (2002, citado por Almeida & Carvalheira, 2007), “sexo” refere-se à estrutura anatómica e o termo “género” relaciona-se com aspetos psicossociais do sexo.

Money (1988, citado por Cardoso, 2008) propôs o conceito de identidade de género/papel como um conceito englobante, que define o ser a partir de categorias como macho/fêmea ou intersexo, masculino/feminino ou andrógino, bissexual ou monossexual (heterossexual ou homossexual), abrangendo um conceito pessoal, social e legal.

Silva (1999) define identidade de género como o conjunto de traços construídos na esfera social e cultural por uma determinada sociedade, definindo quais os gestos, os comportamentos, as atitudes, os modos de vestir, falar e andar, de forma semelhante para homens e mulheres. Para este autor, só existem dois tipos de género - masculino e feminino (Nedeff, 2001).

Segundo Almeida e Carvalheira (2007), o desenvolvimento da identidade sexual pode ser encarado em três dimensões: a identidade de género, os papéis sociais e sexuais e, a orientação sexual. A identidade de género desenvolve-se desde o nascimento até aos três anos de idade. A segunda dimensão, papéis sociais e sexuais refere-se às características culturalmente associadas ao ser homem e mulher. Esperam-se determinados comportamentos e ações e que estes estejam de acordo com a norma social - papéis sociais. Por outro lado, os

papéis sexuais estão relacionados com o que se espera de um “menino-menina” dependendo das circunstâncias sociais. Esta dimensão manifesta-se desde os três aos sete anos. O último componente, a orientação sexual, pode manifestar-se relativamente à preferência por pessoas de sexo diferente, do mesmo sexo ou ambos - heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, respetivamente.

É pertinente clarificar outros conceitos, nomeadamente, a atração sexual que corresponde a uma resposta fisiológica e/ou psicológica a um estímulo mediante sentimentos, fantasias ou amor romântico (Felson, 2011).

A preferência sexual e identidade sexual são basicamente sinónimos. Porém, nas sociedades ocidentais, são teoricamente distintos. A preferência sexual é determinada pelo género daquele por quem o indivíduo sente atração. Por sua vez, a identidade sexual é uma avaliação refletida e um estatuto (Felson, 2011).

Nos Estados Unidos, a atração pelo mesmo sexo é mais comum entre mulheres do que em homens enquanto a preferência pelo mesmo sexo é mais comum entre homens do que em mulheres. Aproximadamente 2 a 4 % dos homens preferem outros homens como parceiros sexuais, e cerca de 1 a 2 % das mulheres preferem outras mulheres como parceiros sexuais (Weill, 2009). A bissexualidade é rara entre os homens, mas um pouco mais comum entre as mulheres (Rahman & Wilson, 2003) (Felson, 2011).

### **3.2 A sexualidade em estudo**

De acordo com Heilborn e Brandão (1999), os estudos sobre a sexualidade estão intimamente relacionados com os estudos de género, cujo desenvolvimento está associado a movimentos sociais feministas e de libertação homossexual.

Gato, Leme e Leme (2010), referiram que nos últimos anos, assistiu-se em Portugal por intermédio de associações de defesa dos direitos LGBT, a uma série de alterações legais no que se refere aos direitos civis de minorias sexuais. A aprovação da união de facto e casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão da orientação sexual no princípio da igualdade da “Constituição” marcaram uma evolução jurídico-legal. Porém, e paralelamente a este avanço, registou-se um elevado nível de preconceito contra os homossexuais.

O European Value Survey (EVS) em 1999, mostra que os portugueses tendem a não aceitar a homossexualidade com uma pontuação abaixo do ponto médio (numa escala de 1 a 10) (Ferreira, 2003). Mais recentemente, outros estudos apontam no sentido de que os portugueses se sentem pouco à vontade com a ideia de ter um vizinho homossexual e apresentam uma menor probabilidade de conhecer ou ter como amigo uma pessoa homossexual, comparativamente com a média europeia (Eurobarómetro, 2008).

O estudo de Herek e Capitanio (1996) estabeleceu a relação entre o contato interpessoal e o preconceito homossexual tendo revelado que os sujeitos heterossexuais

manifestam atitudes mais favoráveis em relação aos homossexuais quanto mais contato tiverem com indivíduos com esta orientação sexual.

Relativamente ao género, são os sujeitos do sexo masculino quem apresentam níveis mais elevados de preconceito contra as pessoas homossexuais, inclusive em estudos realizados com estudantes do ensino superior (Gato, Leme, & Leme, 2010).

Outros estudos, como o de LaMar e Kite (1998), indicam que existem diferenças na forma como homens e mulheres homossexuais são vítimas do preconceito. As mulheres heterossexuais mantêm um comportamento semelhante perante homens e mulheres homossexuais, ao contrário dos homens heterossexuais, que são mais hostis para com os homens do que para com as mulheres. Esta consideração poderá estar relacionada com a virilidade e/ou masculinidade apreciada ou mesmo imposta de acordo com determinados padrões culturais (Davi, 2005; Theodore & Basow, 2000).

No que se refere ao nível educacional, verifica-se uma tendência para populações mais instruídas aceitarem as pessoas homossexuais, continuando, contudo, a avaliá-las de forma menos positiva relativamente à norma (Gato, Fontaine & Carneiro, 2010).

### 3.3 O surgimento do termo “homossexualidade”

O termo “homossexual” foi introduzido na literatura científica em 1869 por Karoly María Benkert (Cascais, 2004; Naphy, 2006; Pérez-Sancho, 2005). No entanto, um dos autores mais influentes desta época, quando surgiam os primeiros estudos psiquiátricos e médicos sobre a homossexualidade, foi o neurologista alemão Richard Kraft-Ebbing que, em 1886 através da obra *Psychopathia Sexualis* (Adelman, 2000; Naphy, 2006; Meyenburg & Sigusch, 1977; Pérez-Sancho, 2005) propôs uma teoria explicativa da homossexualidade cujo pressuposto seria a degenerescência do sistema nervoso. Kraft-Ebbing considerou ainda dois tipos de homossexualidade, um “constitucional” e outro “adquirido” (Frazão & Rosário, 2008).

Em Portugal, devemos realçar o estudo de Egas Moniz (1913) que considerou como causas da homossexualidade um conjunto de fatores hereditários, educacionais e sociais (Pacheco, 2000). Apenas a partir do final do século XIX com o advento daquilo que Foucault (1976/1994) designou de *Scientia Sexualis*, surgiram os primeiros discursos científicos e médicos acerca da homossexualidade, na maioria deles direta ou indiretamente com um caráter patologizador (Frazão & Rosário, 2008).

No início da década de 70, quer a Associação Psiquiátrica Americana e a Associação de Psicologia Americana consideraram que a homossexualidade não é uma doença. Alguns anos mais tarde, a terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais não contemplou a homossexualidade como uma parafilia, tal como sucedeu com a Organização Mundial de Saúde através do ICD-10, em 1993. Verifica-se assim a despatologização. Não obstante, persistem ainda nas atitudes dos profissionais das ciências psicológicas o preconceito. Tal como declarou Leal (2004, citado por Matias, 2007), ainda que a

homossexualidade se tenha desprendido da patologização, não eliminou todas as incertezas subjacentes a uma série códigos punitivos e um quadro nosológico “cientificamente” reconhecido que durante vários anos marcaram a atuação dos profissionais.

Para Mohr e Weiner (2006), as orientações homossexual e bissexual ainda são consideradas por alguns psicoterapeutas como um sinal de psicopatologia (Matias, 2007).

É pertinente clarificar outros termos, nomeadamente a “homofobia”, descrita por Weinberg em 1972, como uma reação de pânico sentida por aqueles que partilham um espaço com homossexuais (Gato, Leme & Leme, 2010).

Para Blumenfeld (1992) a homofobia pode entender-se em quatro níveis. A “homofobia pessoal” que engloba o sistema pessoal de crenças; “homofobia interpessoal” que se refere a condutas de como agredir física e verbalmente algum homossexual; “homofobia institucional” que retrata as formas pelas quais os organismos governamentais, educacionais e/ou religiosos discriminam sistematicamente; e, a “homofobia cultural” que remete para as normas sociais que operam numa cultura de forma a legitimar a opressão e discriminação (Lozano Verduzco & Díaz-Loving, 2009).

De acordo com Herek (2008) devemos optar pelo uso do termo “preconceito sexual”, na medida em que este se refere a toda e qualquer atitude negativa em relação à orientação sexual, seja heterossexual, bissexual ou homossexual (Lozano Verduzco & Díaz-Loving, 2009).

Morin (1977, citado por Gato, Leme & Leme, 2010) sugeriu o termo “heterossexismo”, definindo-o como um sistema de crenças que enaltece a heterossexualidade como mais «natural» e/ou superior à homossexualidade. Neste sentido, Braun (2000, citado por Dermer, Smith, & Barto, 2010) indica que o resultado de uma visão da heterossexualidade como norma social, cultural e comportamental é que essa postura implica que todas as outras orientações sexuais e práticas relacionadas são anormais ou desviantes.

Por sua vez, Morrison e Morrison (2002), propuseram o termo “homonegatividade moderna” relativamente às crenças que sustentam as expressões mais contemporâneas do preconceito contra homossexuais. É de salientar que este termo tem como base três crenças nucleares: a discriminação contra os homens e mulheres homossexuais já não existe; os direitos reclamados pelos gays e pelas lésbicas são desnecessários e, os gays e as lésbicas autoexcluem-se ao tomarem uma posição extrema no que se refere à sua preferência sexual (Gato, Leme & Leme, 2010).

### **3.4 Teorias explicativas da homossexualidade**

As explicações que se apresentam para a homossexualidade são várias e ainda hoje ocupam alguns estudiosos mais inconformados.

As biológicas redundam em torno da genética e níveis de hormonas sexuais ao longo do desenvolvimento pré-natal. Alguns estudos fundamentam estas explicações.

Para Pillard e Weinrich (1986), Bailey e Banishay (1993, citado por Perrin et al., 2004), existiria uma maior incidência de familiares homossexuais nas famílias de gays e lésbicas do que nas famílias de indivíduos heterossexuais (Frazão & Rosário, 2008).

Outros estudos como os de Hammer, Hu, Magnuson e Pattuci (1993, citado por Perrin et al., 2004) relatam a existência de um marcador genético (Xq28) para a homossexualidade, situado no cromossoma X dos homossexuais masculinos (Frazão & Rosário, 2008).

A hipótese das diferenças hormonais durante o desenvolvimento pré-natal fundamenta-se nas diferentes concentrações de androgénios durante determinados períodos do desenvolvimento pré-natal. Digamos que o papel dos androgénios passaria pela masculinização ou feminilização do cérebro.

É de salientar que a todos os estudos aqui citados foram apontadas limitações concetuais e metodológicas (Frazão & Rosário, 2008).

Freud, imbuído na psicanálise, apresentou as primeiras explicações psicológicas da homossexualidade, assumindo que esta resulta de um complexo de Édipo não resolvido aquando do desenvolvimento infantil.

Os neo-freudianos continuaram a defender que a homossexualidade estaria associada a uma fixação numa fase precoce do desenvolvimento psicosexual, caracterizando-se pela atração pelo mesmo sexo e pelo narcisismo. Pela psicanálise mais teorias surgiram e defendiam que a homossexualidade estaria relacionada a uma parentalidade inadequada, onde o conflito parental, o divórcio, uma parentalidade pobre ou a existência de modelos de papéis sexuais impróprios poderiam gerar fixações psicosexuais de onde resultaria a atração pelo mesmo sexo (Ellis, 1996, citado por Perrin, 2004) (Frazão & Rosário, 2008).

Na corrente comportamental, algumas teorias defendem que a homossexualidade resulta do contato sexual entre pessoas do mesmo sexo antes do contato com pessoas de sexo oposto. Sendo estas experiências positivas e proporcionando prazer sexual constituem um reforço e aumento da prática homossexual (Gagnon & Simon, 1973, citado por Pérez-Sancho, 2005) (Frazão & Rosário, 2008).

No estudo de Lacerda, Pereira e Camino (2002), foram identificados cinco conjuntos de crenças sobre a natureza da homossexualidade. As “crenças religiosas” onde a representação da homossexualidade é de natureza pecaminosa; as “crenças ético-morais” onde a tendência para a violação dos valores morais é a base para a explicação da homossexualidade; as “crenças psicológicas” que apresentam os fatores psicológicos como explicativos da homossexualidade; as “crenças biológicas” que se baseiam em fatores hereditários, hormonais e gestacionais; e, as “crenças psicossociais” tendo por base fatores identitários e não essencializantes.

Mais importante do que procurar a causa da homossexualidade será enquadrá-la na variedade e diversidade da sexualidade humana (Frazão & Rosário, 2008).

### **3.5 O preconceito homossexual**

De acordo com Matias (2007), atualmente constata-se uma maior abertura para com as pessoas que se assumem não heterossexuais. Contudo, esta tentativa de aceitação e integração embate numa série de mitos que permeiam uma sociedade homofóbica como a portuguesa.

Terá a criança que cresce numa família homossexual alguma dificuldade na definição da sua orientação sexual ou se tornará homossexual?

Vários autores refutaram esta hipótese, tal como Bailey, Bobrow, Wolfe e Mikach (1995) e Golombok e Tasker (1996) ao concluírem que a maioria dos filhos de homossexuais apresenta uma orientação heterossexual. Clarke (2001) afirmou que não podemos esquecer que, para além dos pais, as crianças são socializadas por outros indivíduos que atuam na sua construção de género e sexualidade (Matias, 2007).

Outra questão que se levanta, é a de que as crianças com pais homossexuais terão dificuldades de adaptação social devido ao estigma e discriminação de que serão alvos, o que coloca em causa a parentalidade. Segundo Alarcão (2000, p. 230, citado por Gato, Fontaine & Carneiro, 2010), “parece que o maior risco para estas famílias está na atitude segregadora da sociedade heterossexual.”

Leal (2004, citado por Matias, 2007) assinala que variáveis como a etnia, condição social e características físicas são igualmente discriminadas, não impedindo contudo o acesso à parentalidade.

As crianças com pais homossexuais não contactam apenas com modelos do mesmo sexo dos seus pais, embora se pense o contrário, o que contribui para uma ideia errada sobre a sua socialização (Clarke, 2001; Golombok, Spencer & Rutter, 1983, citado por Matias, 2007).

Para Matias (2007) esta é uma situação que não é exclusiva de pais homossexuais mas que inclui outras estruturas familiares como casais separados e famílias monoparentais.

Dados disponíveis através do Eurobarómetro (2006) apontam para o facto de apenas 19% dos portugueses concordarem com a autorização da adoção por casais homossexuais comparativamente a 32% do total de cidadãos da União Europeia.

Da revisão teórica desta dissertação devemos destacar a complexidade do comportamento humano. Para o seu estudo e previsão devem ser considerados inúmeros fatores, internos e/ou externos ao seu ator, em constante mudança, resultado da vida em sociedade. O modo de agir de um povo será percebido se considerarmos a forma como se vive e sente a religião e sexualidade. Ainda hoje, estes construtos ditam regras e motivam os indivíduos a ações, por vezes, intoleráveis.



## **Parte II - Corpo empírico**

---

## **Capítulo IV - Apresentação do estudo**

O preconceito permeia toda a vivência do ser humano. Compreender a sua manifestação em sociedades mais ou menos evoluídas tem despertado o interesse de estudiosos de diversas áreas.

Esta investigação tem como objetivo relacionar o nível de fé religiosa (independentemente da religião que o indivíduo professa), o género, a idade, estado civil e habilitações literárias com a força da atitude global e dos fatores identificados no preconceito da homossexualidade.

### **4.1 Tipo de estudo**

É um estudo descritivo e exploratório, na medida em que procura descrever as relações entre as variáveis da amostra.

O tipo de amostra é não probabilístico por conveniência.

### **4.2 Objetivos da investigação**

Tendo em conta a revisão bibliográfica realizada, formulam-se os seguintes objetivos orientadores da presente investigação:

- Analisar como se distribui a amostra no nível de fé, independentemente da religião que os sujeitos professam;
- Analisar se o nível de fé, em maior ou menor força, se relaciona com a atitude relativamente aos homossexuais;
- De acordo com os fatores identificados no instrumento de medida da atitude, identificar aqueles que apontam para um maior preconceito;
- Analisar em que medida a idade, o género, estado civil e habilitações literárias se relacionam com um maior ou menor preconceito;

### **4.3 Hipóteses**

A recolha de informação associada ao tema em estudo permite a formulação de diversas hipóteses, as quais se pretendem testar tendo em vista a sua confirmação ou refutação. Deste modo, as hipóteses formuladas são:

H1: os sujeitos com uma maior força da fé apresentam valores na atitude global que indicam um maior preconceito comparativamente aos sujeitos com menor força da fé;

H2: os sujeitos com uma maior da força de fé apresentam valores nos fatores que indicam um maior preconceito comparativamente com os sujeitos com menor força da fé;

H3: os homens apresentam uma atitude global mais preconceituosa comparativamente à apresentada pelas mulheres;

H4: os homens apresentam valores nos fatores que indicam maior preconceito comparativamente aos valores apresentados pelas mulheres;

H5: os sujeitos casados apresentam uma atitude global mais preconceituosa comparativamente à apresentada pelos sujeitos classificados noutra estado civil;

H6: os sujeitos casados apresentam valores nos fatores que indicam um maior preconceito comparativamente aos apresentados pelos sujeitos classificados noutra estado civil;

H7: os sujeitos com mais habilitações apresentam valores na atitude global e fatores que indicam uma maior aceitação da homossexualidade comparativamente aos sujeitos que têm menos habilitações;

H8: os sujeitos mais velhos apresentam valores na atitude global e fatores que indicam um maior preconceito comparativamente aos sujeitos mais novos;

#### **4.4 Definição das variáveis em estudo**

Para a realização da investigação verifica-se a necessidade de definir as variáveis dependentes e independentes. Deste modo, tendo em vista a avaliação do impacto das variáveis independentes nas variáveis dependentes, apontam-se como variáveis independentes:

- nível de força de fé;
- género;
- estado civil;
- idade;
- habilitações literárias.

Por seu lado, apresentam-se como variáveis dependentes:

- atitude global;
- fatores (aceitação, reconhecimento legal, parentalidade, intimidade, importância e moralidade).

## Capítulo V - Método

### 5.1 Participantes

Para esta investigação foram inquiridos 800 sujeitos, todos residentes em Portugal Continental e ilhas, com idades compreendidas entre os 15 e os 71 anos, sendo a média de idades de 29,56 anos e o desvio padrão de 10 (cf. tabela 1).

Para operacionalizar os dados, criaram-se grupos etários. O grupo com idades compreendidas entre os 22 e os 40 anos representa 69% dos sujeitos (N=552), o grupo com idades até aos 21 anos com 16,9% dos sujeitos (N=135), o grupo dos 41 aos 65 anos com 13,8% dos sujeitos (N=110) e, o grupo com idades superiores a 65 anos com 0,3% dos sujeitos (N=2) (cf. figura 1).

Tabela 1: Distribuição dos valores médios da amostra relativamente à idade

	<i>N</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Idade	781	15	71	29,56	10

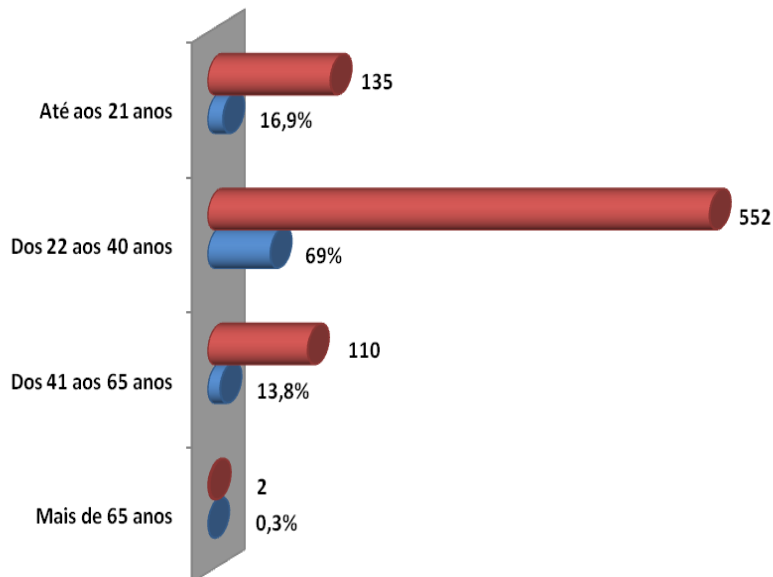


Figura 1: Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente aos grupos etários

A amostra no que se refere ao género, apresenta 68,3% dos sujeitos do sexo feminino (N=546) e 30,4% dos sujeitos do sexo masculino (N=243) (cf. figura 2).

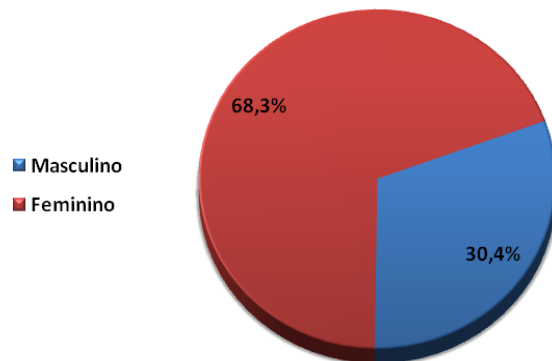


Figura 2: Distribuição percentual da amostra relativamente ao género

Quanto ao estado civil, a amostra apresenta 67,4% dos sujeitos solteiros (N=539), 17,5% dos sujeitos casados (N=140), 7,5% dos sujeitos em união de facto (N=60), 4,4% dos sujeitos divorciados (35), 1,9% dos sujeitos viúvos (N=15) e, 1,3% dos sujeitos classificam o seu estado civil como “Outro” onde serão incluídos estados maritais como o namoro ou outro compromisso afectivo (N=10) (cf. figura 3).

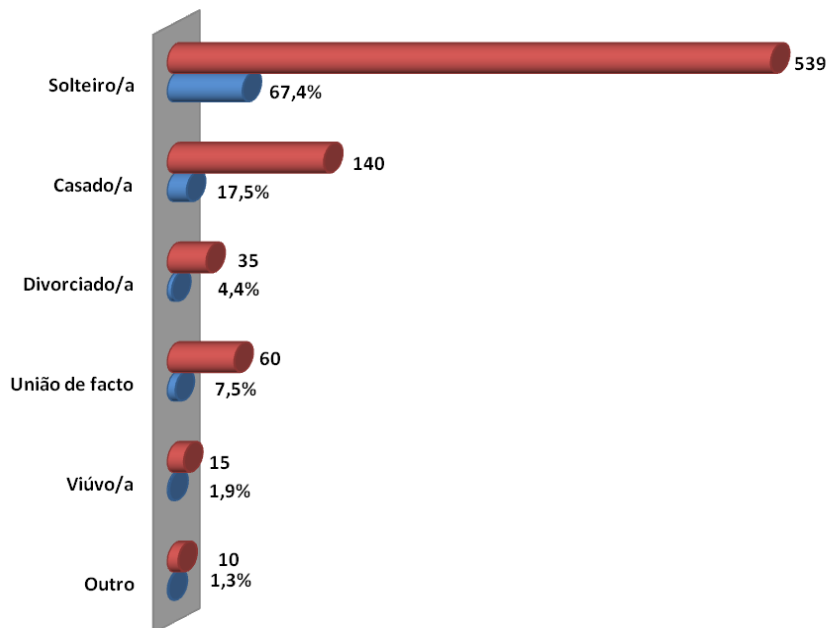


Figura 3: Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente ao estado civil

No que se refere às habilitações literárias, 49% dos sujeitos têm licenciatura (N=392), 23,8% dos sujeitos têm pós-graduação (N=190), 22,4% dos sujeitos têm até ao 12º ano (N=179), 2,9% dos sujeitos têm bacharelato (N=23), 1% dos sujeitos têm até ao 9º ano (N=8), 0,9% dos sujeitos dos sujeitos têm até ao 6º ano (N=7) (cf. figura 4).

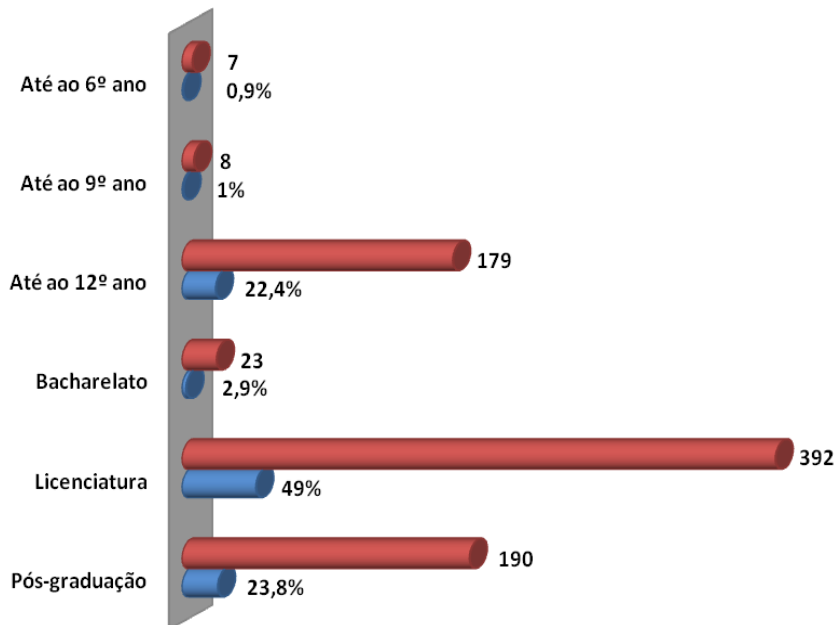


Figura 4: Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente às habilitações literárias

De acordo com a classificação nacional das profissões, a distribuição da amostra relativamente à profissão/ocupação apresenta 41,9% de estudantes (N=335), 32,1% de especialistas das profissões intelectuais e científicas (N=257), 8,4% de técnicos e profissionais de nível intermédio (N=67), 3,6% de pessoal dos serviços e vendedores (N=29), 3% de pessoal administrativo e similares (N=24), 2,4% de desempregados (N=19), 1,3% de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (N=10), 1% de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem (N=8), 0,8% de operários, artífices e trabalhadores similares (N=6), 0,5% de trabalhadores-estudantes (N=4), 0,4% de reformados/aposentados (N=3) (cf. figura 5).

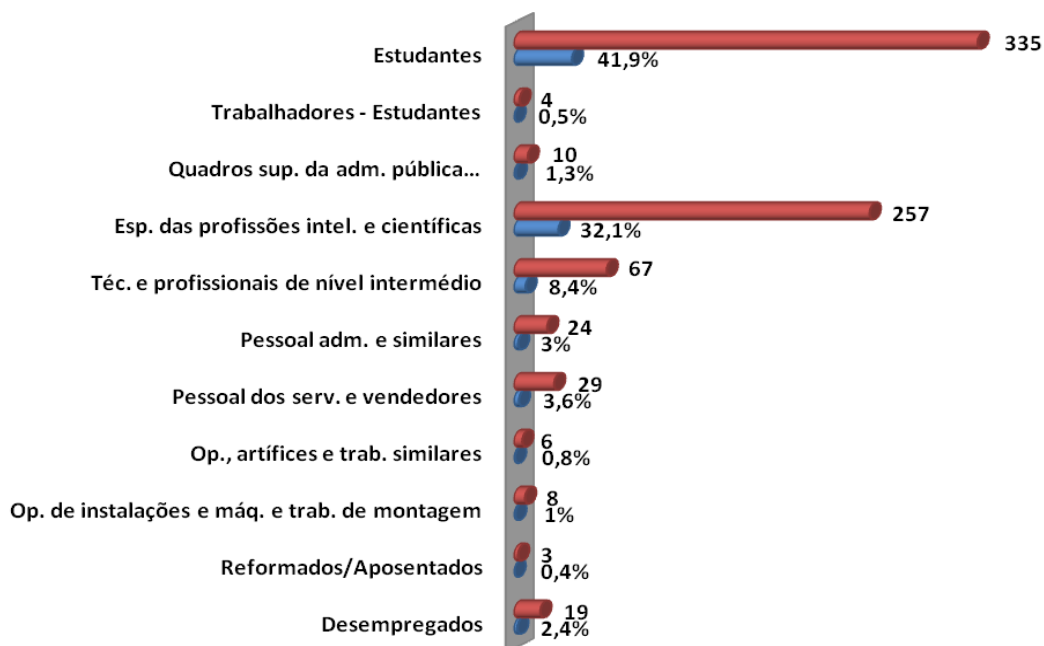


Figura 5: Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente à profissão/ocupação

A forma como a amostra se distribui geograficamente apresenta para a região Norte 44,5% dos sujeitos (N=356 sujeitos), 19,4% dos sujeitos para a região autónoma da Madeira (N=155), 15,4% dos sujeitos para o Centro (N=123), 8,4% dos sujeitos para Lisboa (N=67), 7,5% dos sujeitos para o Algarve (N=60), 3,6% dos sujeitos para o Alentejo (N=29), 1,1% dos sujeitos para a região autónoma dos Açores (N=9) (cf. figura 6).

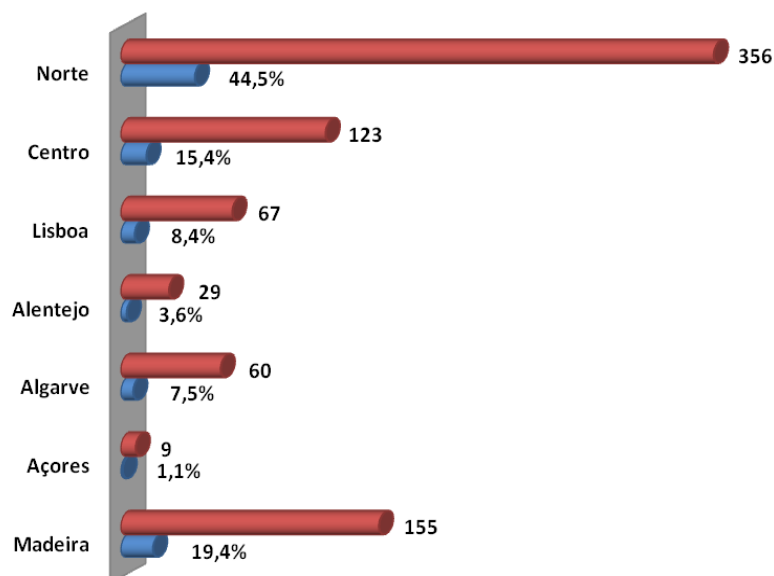


Figura 6: Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente à zona de residência

Quanto à filiação religiosa, a religião Católica representa 71,3% dos sujeitos (N=570), 1% dos sujeitos são Protestantes (N=8), 0,4% dos sujeitos são Ortodoxos (N=3), 0,3% dos sujeitos são Muçulmanos (N=2) e, 2,5% dos sujeitos assinalaram a categoria “Outra” (N=20) onde figuram religiões como a budista, testemunhas de Jeová, evangélica, espírita, pagã, eclética, entre outras. É de salientar que 21,8% dos sujeitos consideram-se “Sem religião” (N=174) e 2,5% dos sujeitos “Não sabe/não responde” (N=20).

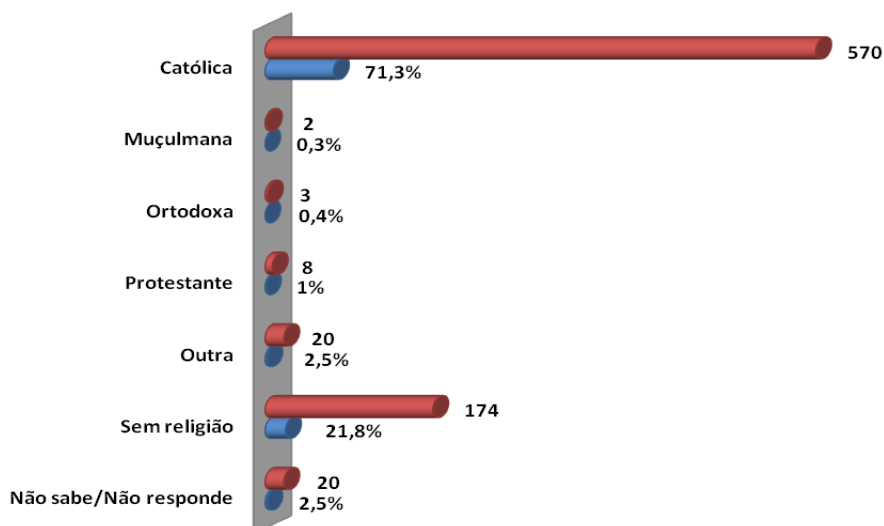


Figura 7: Distribuição frequencial e percentual da amostra relativamente à filiação religiosa

No que respeita à orientação sexual da amostra, 89,4% dos sujeitos assumem-se heterossexuais (N=715)), 5% dos sujeitos homossexuais (N=40), 3,4% dos sujeitos bissexuais (N=27) e, 1,3% dos sujeitos não sabe/não responde (N=10), conforme a figura que se segue.

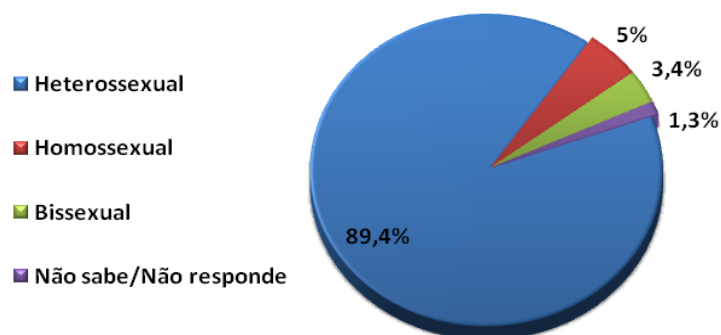


Figura 8: Distribuição percentual dos sujeitos relativamente à orientação sexual

## 5.2 Caracterização dos instrumentos

### 5.2.1 Questionário Sociodemográfico

Este questionário teve como objetivo a recolha de dados como a idade, género, estado civil, escolaridade, profissão ou ocupação, zona de residência, religião e orientação sexual (Anexo 2).

### 5.2.2 Questionário de Santa Clara de Força da Fé Religiosa (versão portuguesa) (QSCFFR)

O questionário original desenvolvido por Plante e Boccaccini (1997) é constituído por 10 itens que avaliam a força da fé religiosa independentemente da sua filiação, ou seja, não contém qualquer referência específica a uma religião, e desta forma, pode ser utilizado em qualquer população. Os itens são pontuados numa escala de 4 pontos, sendo 1 ponto atribuído quando a resposta assinalada é “discordo totalmente”, 2 pontos para “discordo”, 3 pontos para “concordo” e 4 pontos para “concordo plenamente”.

Quanto mais a pontuação se aproxima do valor máximo (40 pontos) maior será a força da fé e o inverso quando a pontuação mínima se regista (10 pontos).

Relativamente à validade psicométrica deste instrumento, verifica-se uma excelente consistência interna com um *alpha* de Cronbach de 0,96.

A tradução do instrumento foi disponibilizada pelo autor que autorizou a sua utilização nesta investigação e validação psicométrica (Anexo 2).

### 5.2.3 Questionário de avaliação das atitudes dos portugueses face à homossexualidade (QAAH)

Este instrumento foi desenvolvido por Pereira, H. (2010) e é constituído por 33 itens cotados numa escala de 5 pontos que avaliam as atitudes relativamente à homossexualidade. Assim, quando a resposta assinalada é “discordo totalmente” é atribuído 1 ponto, ao “discordo moderadamente” são atribuídos 2 pontos, 3 pontos para “não discordo nem concordo”, 4 pontos para “concordo moderadamente” e, 5 pontos para “concordo totalmente”. Ainda no que se refere à sua cotação, este questionário apresenta itens invertidos (1, 3, 5, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 28, 29, 30 e 31) sendo estes cotados de forma inversa, ou seja, a resposta que originalmente seria cotada com 5 pontos passa a ser de 1 ponto, a de 4 pontos passa a ser de 2 pontos, a de 3 pontos mantém-se, a de 2 pontos passa a ser de 4 pontos e, a de 1 ponto passa a ser de 5 pontos.

Quanto mais o valor se aproximar de 165 pontos (pontuação máxima possível) maior será a aceitação da homossexualidade. Por sua vez, quanto menor for a pontuação obtida maior será o preconceito relativamente aos homossexuais (Anexo 2).

Relativamente à validade psicométrica deste questionário, verifica-se que apresenta um excelente nível de consistência interna com um *alpha* de Cronbach de 0,95.

Da análise fatorial por extração dos componentes principais resultaram 6 fatores. A medida de Kaiser-Meyer-Olkin verificou a adequação amostral para a análise (KMO=0,968). O teste de esfericidade de Bartlett [ $\chi^2$  (528) = 13053,804,  $p < 0,001$ ], indicou que as correlações entre os itens são suficientes para a realização da análise. Esta, mostra que 6 fatores obedeceram ao critério de Kaiser do autovalor (“eigenvalue”) maior que 1 e explicam 62,07% da variância (cf. tabela 2).

Tabela 2: Análise fatorial através do KMO e Bartlett

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		0,968
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	13053,804
	Df	528
	Sig.	0,000

O fator 1 que classificamos como “Aceitação” engloba 10 itens (1, 3, 5, 8, 15, 16, 18, 20, 24, 29) e refere-se a questões relacionadas com a aceitação ou rejeição de pessoas homossexuais, como por exemplo, a consideração de que estas não devem assumir cargos de responsabilidade, são mais propensas a cometerem atos desviantes, psicologicamente desajustadas.

O fator 2 classificado como “Reconhecimento legal” que compreende 6 itens (9, 10, 11, 13, 14, 26), que abordam questões relacionadas com o reconhecimento legal da união ou casamento entre homossexuais.

O fator 3 classificado como “Parentalidade” que engloba 7 itens (23, 25, 28, 30, 31, 32, 33) que se referem à capacidade dos homossexuais para o exercício da parentalidade, à influência que estes podem assumir na orientação sexual dos filhos e o direito à adoção.

O fator 4 classificado como “Intimidade” com 5 itens (17, 19, 21, 22, 27) que focam questões relacionadas com o contato interpessoal e relações íntimas entre e/ou com homossexuais.

O fator 5 classificado como “Importância” composto por 4 itens (2, 4, 6, 7) que abordam questões relacionadas com a importância atribuída à orientação sexual das pessoas.

Por último, o fator 6, classificado como “Moralidade” que engloba o item 12 do questionário que se refere à moralidade e idoneidade das pessoas que se assumem homossexuais.

Procedeu-se à análise da consistência interna de cada fator, registando-se para o fator “Aceitação” um *alpha* de Cronbach de 0,90, para o “Reconhecimento legal” e “Parentalidade” *alphas* de Cronbach de 0,89, o que prediz uma muito boa validade psicométrica. O fator “Intimidade” e “Importância” apresentam *alphas* de Cronbach que indicam uma consistência interna aceitável (0,77 e 0,62, respetivamente). No que respeita ao fator “Moralidade”, este apenas se representa por um item, o que não permite este cálculo.

### 5.3 Procedimentos

Foi criada uma página na internet onde foram disponibilizados os questionários cujas respostas consideradas na amostra foram recolhidas desde o dia 21/02/2011 até ao 11/07/2011.

A divulgação da página de internet efetuou-se através da publicação em blog pessoal da autora do estudo, *mailing lists* e do portal da Associação ILGA PORTUGAL - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero (Anexo 3).

Sempre garantindo o anonimato e confidencialidade dos dados obtidos, cada sujeito teria que assentir prosseguir com a sua participação após a tomada de conhecimento dos objetivos do estudo e do consentimento informado.

### 5.4 Análise estatística

Para a análise estatística dos dados obtidos, utilizou-se a versão 17.0 do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Foram utilizadas as estatísticas descritivas básicas, nomeadamente as medidas de tendência central (média, mediana e moda).

Realizaram-se testes t e Anovas na análise inferencial, especificamente para a comparação de médias entre grupos, e ainda, as estatísticas para a validação psicométrica dos instrumentos (*alpha* Cronbach, análise fatorial, variância).

## Capítulo VI - Resultados

A fé global apresenta uma  $M=21,90$ , um  $DP=8,26$ , uma  $Md=23,00$  e, uma  $Mo=10$  (correspondente a uma frequência de 119 sujeitos). O valor Mínimo registado foi 6 e o Máximo 40 (cf. tabela 3). Considerando 25 pontos como o ponto de corte para a força da fé, verificamos que a Mediana ( $Md$ ) observada apresenta um valor ligeiramente abaixo.

Tabela 3: Distribuição dos valores médios da amostra relativamente à fé global

	<i>N</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>MO</i>	<i>DP</i>
Fé global	794	6	40,00	21,91	23	10	8,26

A atitude global regista uma  $M=131,93$ , um  $DP=23,60$ , uma  $Md=138,00$  e, uma  $Mo=143$ . O valor Mínimo obtido foi 43 e o Máximo foi 164,00 (cf. tabela 4). Para esta variável o ponto de corte estabelecido foi 96 e a  $Md$  observada apresenta um valor bastante superior.

Tabela 4: Distribuição dos valores médios da amostra relativamente à atitude global

	<i>N</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>MO</i>	<i>DP</i>
Atitude global	797	43,00	164,00	131,93	138	143 <sup>a</sup>	23,60

a) Multiple modes exist. The smallest value is shown

### Relação entre o nível de fé dos sujeitos e a atitude global e fatores

Para avaliar a relação entre as variáveis nível de fé, atitude global e fatores procedeu-se à comparação das médias entre os grupos de nível de fé. Constituíram-se dois grupos, um deles representando um nível de fé baixo (1-23) e outro representando um nível de fé elevado (24-40). Registou-se  $[t(792)=5,395; p<0,001]$ , logo, pode-se assumir que existem diferenças estatisticamente significativas na atitude global. O grupo com um nível baixo de fé apresenta valores médios superiores ( $M=135,92; DP=21,73$ ) comparativamente com o grupo com um nível elevado de fé ( $M=126,98; DP=24,91$ ).

A relação entre o nível de fé e o fator “Aceitação” regista  $[t(792)=4,354; p<0,001]$ , logo, existem diferenças estatisticamente significativas sendo no grupo com menor nível de fé onde se verificam valores médios mais altos” ( $M=45,40; DP=6,15$ ) comparando com o grupo com o nível mais elevado de fé ( $M=43,28; DP=7,59$ ).

No que se refere ao nível de fé e o fator “Reconhecimento legal”, registou-se [t(792)=6,729; p<0,001], o que também traduz diferenças estatísticas significativas. Os valores médios também são superiores para o grupo com nível de fé baixo (M=25,28; DP=5,32) comparando com (M=22,50; DP=6,33) para o grupo com nível de fé elevado.

A relação entre o nível de fé e o fator “Parentalidade” apresentou [t(792)=5,361; p<0,001], logo, existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos do nível de fé para este fator. O grupo com um nível baixo de fé apresenta um menor preconceito quanto à capacidade dos homossexuais para exercerem a parentalidade (M=27,36; DP=6,56) e o grupo com nível de fé elevado regista um maior preconceito (M=24,72; DP=7,33).

Para o nível de fé e o fator “Intimidade” registou-se [t(792)=4,090; p<0,001], logo, também aqui se verificam diferenças estatísticas significativas. O grupo de baixo nível de fé apresenta um menor preconceito para a “Intimidade” (M=17,18; DP=4,56) comparativamente com o grupo de nível de fé elevado (M=15,85; DP=4,57).

Na comparação entre o nível de fé e o fator “Importância” verificou-se [t(792)=1,359; p=0,174], logo, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos dos níveis de fé. Contudo, o grupo de baixo nível de fé apresenta valores médios superiores (M=17,20; DP=2,63) comparativamente ao grupo com um nível de fé elevado (M=16,95; DP=2,61).

Quanto ao nível de fé e o fator “Moralidade”, verificou-se [t(784)=-1,940; p=0,053], logo, considera-se que não existem diferenças estatisticamente significativas. Mas, e contrariamente ao que se registou anteriormente, o grupo de nível de fé elevada apresenta valores médios superiores para a moralidade (M=3,72; DP=1,31) comparativamente com o grupo de nível de fé baixo (M=3,53; DP=1,48) (cf. tabela 5).

Tabela 5: Valores médios da atitude global e fatores relativamente ao nível da força da fé

	<i>Nível de fé baixo</i>		<i>Nível de fé elevado</i>		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
<b>Atitude global</b>	135,92	21,73	126,98	24,91	5,395	<0,001*
<b>Aceitação</b>	45,40	6,15	43,28	7,59	4,354	<0,001*
<b>Reconhecimento legal</b>	25,28	5,32	24,72	7,33	6,729	<0,001*
<b>Parentalidade</b>	27,36	6,56	24,72	7,33	5,361	<0,001*
<b>Intimidade</b>	17,18	4,56	15,85	4,57	4,090	<0,001*
<b>Importância</b>	17,20	2,63	16,95	2,61	1,359	0,174
<b>Moralidade</b>	3,53	1,48	3,72	1,31	-1,940	0,053

\*p<0,05

## Relação entre o género dos sujeitos e a atitude global e fatores

Para avaliar a relação entre as variáveis género, atitude global e fatores, procedeu-se à comparação de médias entre grupos onde se registou  $[t(787)=-5,738; p<0,001]$ , logo, apresentam-se diferenças estatisticamente significativas para a atitude global. As mulheres apresentam valores médios superiores ( $M=135,05; DP=20,23$ ) comparativamente aos homens ( $M=124,81; DP=28,62$ ).

Para o fator “Aceitação” verificou-se  $[t(787)=-6,968; p<0,001]$ , logo, existem também diferenças estatisticamente significativas, sendo as mulheres as que apresentam valores mais altos ( $M=45,56; DP=5,59$ ) em relação aos homens ( $M=41,95; DP=8,74$ ).

No que respeita ao fator “Reconhecimento legal”, partindo de  $[t(787)=-3,872; p<0,001]$ , podemos considerar diferenças estatisticamente significativas para o género, e mais uma vez, as mulheres se destacam por apresentarem valores médios superiores ( $M=24,58; DP=5,49$ ) aos homens ( $M=22,82; DP=6,75$ ).

Face à capacidade de exercer a “Parentalidade”, verificou-se  $[t(787)=-4,877; p<0,001]$ , o que nos indica mais uma vez diferenças estatisticamente significativas. Neste fator, também são as mulheres que apresentam valores médios mais altos ( $M=26,99; DP=6,36$ ) em relação aos homens ( $M=24,37; DP=8,10$ ).

Em relação à “Intimidade”, existem diferenças estatisticamente significativas  $[t(787)=-2,465; p=0,014]$ , tendo as mulheres valores médios superiores ( $M=16,83; DP=4,35$ ) aos homens ( $M=15,96; DP=5,04$ ).

Para a “Importância” verifica-se que as mulheres são as que apresentam maior aceitação ( $M=17,49; DP=2,18$ ) face aos homens ( $M=16,16; DP=3,24$ ), sendo estas diferenças estatisticamente significativas  $[t(787)=-6,732; p<0,001]$ .

Por último, o fator “Moralidade” onde não se verificam diferenças estatisticamente significativas  $[t(780)=-0,572; p=0,567]$ , porém, também são as mulheres que apresentam um menor preconceito ( $M=3,64; DP=1,45$ ) em relação aos homens ( $M=3,58; DP=1,30$ ) (cf. tabela 6).

Tabela 6: Valores médios da atitude global e fatores relativamente ao género

	<i>Feminino</i>		<i>Masculino</i>		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Atitude global	135,05	20,23	124,81	28,62	-5,738	<0,001*
Aceitação	45,56	5,59	41,95	8,74	-6,968	<0,001*
Reconhecimento legal	24,58	5,49	22,82	6,75	-3,872	<0,001*
Parentalidade	26,99	6,36	24,37	8,10	-4,877	<0,001*
Intimidade	16,83	4,35	15,96	5,04	-2,465	0,014*

Importância	17,49	2,18	16,16	3,24	-6,732	<0,001*
Moralidade	3,64	1,45	3,58	1,30	-0,572	0,567

\*p<0,05

## Relação entre o estado civil dos sujeitos e a atitude global e fatores

Para avaliar a relação entre as variáveis estado civil, atitude global e fatores, procedeu-se à comparação de médias entre os grupos e apurou-se [F(5;791)=6,668; p<0,001], o que traduz diferenças estatisticamente significativas para a atitude global. Entre os estados civis considerados, a categoria “Outro” apresenta valores médios superiores (M=152,60; DP=7,23), seguido da “União de facto” (M=142,30; DP=17,57), “Viúvos” (M=132,53; DP=18,92), “Solteiros” (M=132,40; DP=23,16), “Divorciados” (M=128,00; DP=26,68) e, por último, com valores médios menos expressivos, os “Casados” (M=125,09; DP=25,43).

Para o fator “Aceitação” verificou-se [F(5;791)=3,694; p=0,003], logo, existem entre os estados civis diferenças estatisticamente significativas e, tal como se verificou para a atitude global, os valores médios apresentados pelas categorias seguem a mesma ordem, ou seja, com uma aceitação mais acentuada está a categoria “Outro” (M=49,10; DP=2,51), de seguida a “União de facto” (M=46,58; DP=4,47), “Viúvos” (M=46,08; DP=4,48), “Solteiros” (M=44,54; DP=6,92), “Divorciados” (M=43,11; DP=7,64) e, “Casados” (M=43,05; DP=7,49).

Quanto ao “Reconhecimento legal”, existem diferenças estatisticamente significativas [F(5;791)=7,380; p<0,001]. A mesma ordem se verifica relativamente aos valores médios de cada categoria, tal como referido na atitude global e aceitação. Assim, a categoria “Outro” (M=29,20; DP=1,14), a “União de facto” (M=26,45; DP=4,06), “Viúvos” (M=24,46; DP=5,44), “Solteiros” (M=24,27; DP=5,77), “Divorciados” (M=22,57; DP=6,61) e, “Casados” (M=22,09; DP=6,69).

Na “Parentalidade” verificou-se [F(5;791)=6,327; p<0,001] o que é indicador de diferenças estatisticamente significativas. Contudo, a ordem pela qual figuram as categorias do estado civil em relação aos valores médios não se assemelha às situações descritas anteriormente. A categoria “Outro” uma vez mais se destaca com valores mais expressivos (M=32,40; DP=3,10), seguido da “União de facto” (M=28,85; DP=5,98), “Solteiros” (M=26,41; DP=6,73), “Divorciados” (M=25,51; DP=7,64), “Viúvos” (M=24,54; DP=7,70) e, finalmente “Casados” (M=24,06; DP=7,92).

A “Intimidade” também apresenta diferenças estatisticamente significativas entre as categorias do estado civil [F(5;791)=6,062; p<0,001]. Neste fator as categorias seguem a mesma ordem da “Parentalidade”. Valores médios mais elevados em “Outro” (M=20,10; DP=2,38), seguido da “União de facto” (M=18,60; DP=4,33), “Solteiros” (M=16,66; DP=4,50), “Divorciados” (M=16,43; DP=5,19), “Viúvos” (M=15,62; DP=2,93) e, “Casados” (M=15,28; DP=4,76).

Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas no estado civil em relação à “Importância” [ $F(5;791)=2,005$ ;  $p=0,076$ ]. Ainda assim, os valores médios mais elevados apresentam-se na categoria “Viúvos” ( $M=18,00$ ;  $DP=1,47$ ) e “Outro” ( $M=18,00$ ;  $DP=1,70$ ), seguido da “União de facto” ( $M=17,63$ ;  $DP=2,18$ ), “Solteiros” ( $M=17,11$ ;  $DP=2,61$ ), “Casados” ( $M=16,75$ ;  $DP=2,71$ ) e, “Divorciados” ( $M=16,43$ ;  $DP=3,35$ ).

Por último, na “Moralidade” apresentam-se diferenças estatisticamente significativas [ $F(5;783)=6,574$ ;  $p<0,001$ ], sendo a “União de facto” a que se destaca pelos seus valores médios ( $M=4,25$ ;  $DP=1,09$ ), seguido da categoria “Divorciados” ( $M=4,06$ ;  $DP=1,13$ ), “Casados” ( $M=3,92$ ;  $DP=1,21$ ), “Viúvos” ( $M=3,85$ ;  $DP=1,28$ ), “Outros” ( $M=3,80$ ;  $DP=1,69$ ) e, “Solteiros” ( $M=3,43$ ;  $DP=1,46$ ) (cf. tabela 7).

Tabela 7: Valores médios da atitude global e fatores relativamente ao estado civil

	<i>Solteiros</i>		<i>Casados</i>		<i>Divorciados</i>		<i>F</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Atitude global	132,40	23,16	125,09	25,43	128,00	26,68	6,668	<0,001*
Aceitação	44,54	6,92	43,05	7,49	43,11	7,64	3,694	0,003*
Rec. legal	24,27	5,77	22,09	6,69	22,57	6,61	7,380	<0,001*
Parentalidade	26,41	6,73	24,06	7,92	25,51	7,64	6,327	<0,001*
Intimidade	16,66	4,50	15,28	4,76	16,43	5,19	6,062	<0,001*
Importância	17,11	2,61	16,75	2,71	16,43	3,35	2,005	0,076
Moralidade	3,43	1,46	3,92	1,21	4,06	1,13	6,574	<0,001*

	<i>União de facto</i>		<i>Viúvos</i>		<i>Outros</i>		<i>F</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Atitude global	142,30	17,57	132,53	18,92	152,60	7,23	6,668	<0,001*
Aceitação	46,58	4,47	46,08	4,48	49,10	2,51	3,694	0,003*
Rec. legal	26,45	4,06	24,46	5,44	29,20	1,14	7,380	<0,001*
Parentalidade	28,85	5,98	24,54	7,70	32,40	3,10	6,327	<0,001*
Intimidade	18,60	4,33	15,62	2,93	20,10	2,38	6,062	<0,001*
Importância	17,63	2,18	18,00	1,47	18,00	1,70	2,005	0,076

---

<b>Moralidade</b>	4,25	1,09	3,85	1,28	3,80	1,69	6,574	<0,001*
-------------------	------	------	------	------	------	------	-------	---------

---

\*p<0,05

### Relação entre a idade dos sujeitos e a atitude global e fatores

Para avaliar a relação entre as variáveis idade, atitude global e os fatores, procedeu-se à comparação de médias entre os grupos onde se verifica que não existem diferenças estatisticamente significativas para a atitude global [ $F(3;793)=1,777$ ;  $p=0,150$ ], com os valores médios mais elevados para o grupo de idades dos 22 aos 40 anos ( $M=132,97$ ;  $DP=23,56$ ), seguindo-se os grupo de idades até aos 21 anos ( $M=131,11$ ;  $DP=20,46$ ), o grupo dos 41 aos 65 anos ( $M=127,96$ ;  $DP=26,95$ ) e, por último, o grupo com idades superiores a 65 anos ( $M=115,50$ ;  $DP=10,61$ ).

Não se apresentam diferenças estatisticamente significativas para o fator “Aceitação” [ $F(3;793)=1,784$ ;  $p=0,149$ ]. O grupo com idades dos 22 aos 40 anos apresenta os valores médios mais expressivos ( $M=44,75$ ;  $DP=6,80$ ), o grupo com idades até aos 21 anos ( $M=44,38$ ;  $DP=6,22$ ), o grupo com mais de 65 anos ( $M=43,50$ ;  $DP=4,95$ ) e, com os valores médios mais baixos, o grupo com idades dos 41 aos 65 anos ( $M=43,09$ ;  $DP=8,03$ ).

Quanto aos grupos de idades e o fator “Reconhecimento legal” existem diferenças estatisticamente significativas [ $F(3;793)=3,090$ ;  $p=0,026$ ], sendo o grupo com idade até aos 21 anos, aquele que apresenta os valores médios de maior destaque ( $M=24,42$ ;  $DP=5,29$ ), seguindo-se o grupo com idades dos 22 aos 40 anos ( $M=24,26$ ;  $DP=5,91$ ), o grupo dos 41 aos 65 anos ( $M=22,63$ ;  $DP=6,66$ ) e, com uma pontuação mais baixa, o grupo com idades superiores a 65 anos ( $M=18,50$ ;  $DP=9,19$ ).

Para a “Parentalidade” [ $F(3;793)=1,487$ ;  $p=0,217$ ], logo, não existem diferenças estatisticamente significativas. Ainda assim, o grupo com idades até aos 21 anos apresenta os valores mais elevados ( $M=26,37$ ;  $DP=6,35$ ), o grupo dos 22 aos 40 anos ( $M=26,33$ ;  $DP=6,95$ ), o grupo dos 41 aos 65 anos ( $M=25,38$ ;  $DP=8,20$ ) e, o grupo com mais de 65 anos ( $M=18,00$ ;  $DP=5,66$ ).

Relativamente à idade e o fator “Intimidade” registou-se [ $F(3;793)=2,559$ ;  $p=0,054$ ], logo, não se apresentam diferenças estatisticamente significativas. O grupo de idades dos 22 aos 40 anos com valores médios mais elevados ( $M=16,87$ ;  $DP=4,65$ ), seguindo-se o grupo com idades até aos 21 anos ( $M=16,04$ ;  $DP=4,21$ ), o grupo dos 41 aos 65 anos ( $M=15,85$ ;  $DP=4,73$ ) e, o grupo com idades superiores aos 65 anos ( $M=13,50$ ;  $DP=2,12$ ).

Para o fator “Importância” também não se registaram diferenças estatisticamente significativas [ $F(3;793)=0,691$ ;  $p=0,558$ ]. Porém, neste caso o grupo que apresentou valores médios mais elevados foi o da idade superior aos 65 anos ( $M=18,50$ ;  $DP=0,71$ ), seguindo-se o grupo com idades dos 22 aos 40 anos ( $M=17,15$ ;  $DP=2,60$ ), o grupo dos 41 aos 65 anos

( $M=16,96$ ;  $DP=2,88$ ) e, com valores menos expressivos, o grupo até aos 21 anos ( $M=16,87$ ;  $DP=2,50$ ).

O fator “Moralidade” indica diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de idades [ $F(3;785)=9,583$ ;  $p<0,001$ ], sendo o grupo dos 41 aos 65 anos aquele que apresenta valores médios mais elevados ( $M=4,08$ ;  $DP=1,12$ ), seguindo-se o grupo dos 22 aos 40 anos ( $M=3,64$ ;  $DP=1,41$ ), o grupo com mais de 65 anos ( $M=3,50$ ;  $DP=0,71$ ) e, com valores menos expressivos, o grupo até aos 21 anos ( $M=3,12$ ;  $DP=1,48$ ) (cf. tabela 8).

Tabela 8: Valores médios da atitude global e fatores relativamente aos grupos etários

	<i>Até aos 21</i>		<i>Dos 22 aos</i>		<i>Dos 41 aos</i>		<i>Mais de 65</i>		<i>F</i>	<i>p</i>
	<i>anos</i>		<i>40 anos</i>		<i>65 anos</i>		<i>anos</i>			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
<b>At. global</b>	131,11	20,46	132,97	23,56	127,96	26,95	115,50	10,61	1,777	0,150
<b>Aceitação</b>	44,38	6,22	44,75	6,80	43,09	8,03	43,50	4,95	1,784	0,149
<b>Rec. Leg.</b>	24,42	5,29	24,26	5,91	22,63	6,66	18,50	9,19	3,090	0,026*
<b>Parent.</b>	26,37	6,35	26,33	6,95	25,38	8,20	18,00	5,66	1,487	0,217
<b>Intim.</b>	16,04	4,21	16,87	4,65	15,85	4,73	13,50	2,12	2,559	0,054
<b>Import.</b>	16,87	2,50	17,15	2,60	16,96	2,88	18,50	0,71	0,691	0,558
<b>Moral.</b>	3,12	1,48	3,64	1,41	4,08	1,12	3,50	0,71	9,583	<0,001*

\* $p<0,05$

## Relação entre as habilitações literárias dos sujeitos e a atitude global e fatores

Para avaliar a relação entre as variáveis habilitações literárias, atitude global e fatores, procedeu-se à comparação de médias entre os grupos, tendo-se observado que existem diferenças estatisticamente significativas na atitude global [ $F(5;791)=4,227$ ;  $p=0,001$ ], sendo os licenciados aqueles que apresentam uma maior aceitação da homossexualidade ( $M=134,54$ ;  $DP=22,17$ ), seguindo-se os sujeitos com pós-graduação ( $M=133,31$ ;  $DP=23,39$ ), os que possuem habilitações até ao 12º ano ( $M=126,78$ ;  $DP=24,24$ ), até ao 9º ano ( $M=122,63$ ;  $DP=27,16$ ), os bacharéis ( $M=121,48$ ;  $DP=33,73$ ) e, por último e com a evidência de um maior preconceito, os sujeitos com habilitações até ao 6º ano ( $M=121,40$ ;  $DP=20,07$ ).

Relativamente ao fator “Aceitação”, também existem diferenças estatisticamente significativas [F(5;791)=4,641; p<0,001]. Aqui, também são os licenciados que apresentam valores médios mais expressivos (M=45,21; DP=6,38), seguindo-se os pós-graduados (M=44,91; DP=6,69), os que têm até ao 12º ano (M=43,02; DP=7,47), até ao 6º ano (M=42,00; DP=6,32), os bacharéis (M=40,91; DP=9,32) e, os sujeitos com habilitações até ao 9º ano com valores mais baixos (M=40,38; DP=8,18).

Para o “Reconhecimento legal” verificou-se [F(5;791)=3,175; p=0,008], logo, também existem para este fator diferenças estatisticamente significativas. Uma vez mais são os licenciados que apresentam valores médios mais elevados (M=24,71; DP=5,73), seguindo-se os sujeitos com pós-graduação (M=23,97; DP=5,76), com habilitações até ao 12º ano (M=23,18; DP=6,19), até ao 6º ano (M=22,40; DP=3,85), até ao 9º ano (M=22,25; DP=6,94) e, os bacharéis com valores menos expressivos (M=21,04; DP=7,76).

No que se refere à “Parentalidade” observam-se diferenças estatisticamente significativas [F(5;791)=2,889; p=0,014]. Valores médios mais elevados para os licenciados (M=26,89; DP=6,67), com pós-graduação (M=26,37; DP=7,38), até ao 12º ano (M=24,97; DP=6,92), até ao 9º ano (M=24,25; DP=8,22), com bacharelato (M=23,70; DP=9,08) e, até ao 6º ano (M=22,40; DP=8,32).

Quanto ao fator “Intimidade” não se registam diferenças estatisticamente significativas [F(5;791)=1,989; p=0,078]. Contudo, são os pós-graduados aqueles que apresentam uma maior aceitação (M=16,91; DP=4,82) seguindo-se os licenciados (M=16,88; DP=4,43), os bacharéis (M=16,26; DP=5,70), até ao 12º ano (M=15,73; DP=4,49), até ao 9º ano (M=15,38; DP=5,29) e, até ao 6º ano (M=15,00; DP=4,30).

No fator “Importância” verificam-se diferenças estatisticamente significativas [F(5;791)=3,055; p=0,010]. Os licenciados com valores médios mais elevados (M=17,34; DP=2,45), os pós-graduados (M=17,16; DP=2,57), até ao 9º ano (M=17,00; DP=2,45), até ao 12º ano (M=16,63; DP=2,82), com bacharelato (M=15,96; DP=3,57) e, até ao 6º ano (M=15,60; DP=3,44).

Por último, no fator “Moralidade” registou-se [F(5;783)=5,333; p<0,001], logo, estão evidentes diferenças estatisticamente significativas. Os pós-graduados com valores médios mais elevados (M=4,02; DP=1,21), seguindo-se os sujeitos que têm até ao 6º ano (M=4,00; DP=1,73), até ao 9º ano (M=3,86; DP=1,46), bacharéis (M=3,61; DP=1,41), licenciados (M=3,56; DP=1,45) e, até ao 12º ano (M=3,29; DP=1,43) (cf. tabela 9).

Tabela 9: Valores médios da atitude global e fatores relativamente às habilitações literárias

	Até ao 6º ano		Até ao 9º ano		Até ao 12º ano		F	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
Atitude global	121,40	20,07	122,63	27,16	126,78	24,24	4,227	0,001*
Aceitação	42,00	6,32	40,38	8,18	43,02	7,47	4,641	<0,001*
Rec. Legal	22,40	3,85	22,25	6,94	23,18	6,19	3,175	0,008*

Parentalidade	22,40	8,32	24,25	8,22	24,97	6,92	2,889	0,014*
Intimidade	15,00	4,30	15,38	5,29	15,73	4,49	1,989	0,078
Importância	15,60	3,44	17,00	2,45	16,63	2,82	3,055	0,010*
Moralidade	4,00	1,73	3,86	1,46	3,29	1,43	5,333	<0,001*
	<i>Bacharelato</i>		<i>Licenciatura</i>		<i>Pós-graduação</i>			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
Atitude global	121,48	33,73	134,54	22,17	133,31	23,39	4,227	0,001*
Aceitação	40,91	9,32	45,21	6,38	44,91	6,69	4,641	<0,001*
Rec. Legal	21,04	7,76	24,71	5,73	23,97	5,76	3,175	0,008*
Parentalidade	23,70	9,08	26,89	6,67	26,37	7,38	2,889	0,014*
Intimidade	16,26	5,70	16,88	4,43	16,91	4,82	1,989	0,078
Importância	15,96	3,57	17,34	2,45	17,16	2,57	3,055	0,010*
Moralidade	3,61	1,41	3,56	1,45	4,02	1,21	5,333	<0,001*

\*p<0,05

## Outros resultados

Relativamente às questões respondidas no instrumento de medida da atitude, é pertinente analisar a forma como a amostra se posiciona em relação a algumas temáticas que geram bastante discussão na atualidade, nomeadamente a influência da orientação sexual dos pais na orientação sexual dos filhos e, a capacidade de pessoas homossexuais para exercerem a parentalidade.

Para a questão “A adoção de uma criança por parte de um casal homossexual poderia influenciar a orientação sexual dessa criança?”, verifica-se que 29,5% dos sujeitos concordam totalmente (N=236), 18,1% dos sujeitos concordam moderadamente (N=145), 19,8% dos sujeitos não discordam nem concordam (N=158), 18,9% dos sujeitos discordam moderadamente (N=151) e, 12,4% dos sujeitos discordam totalmente (N=99) (cf. figura 9).

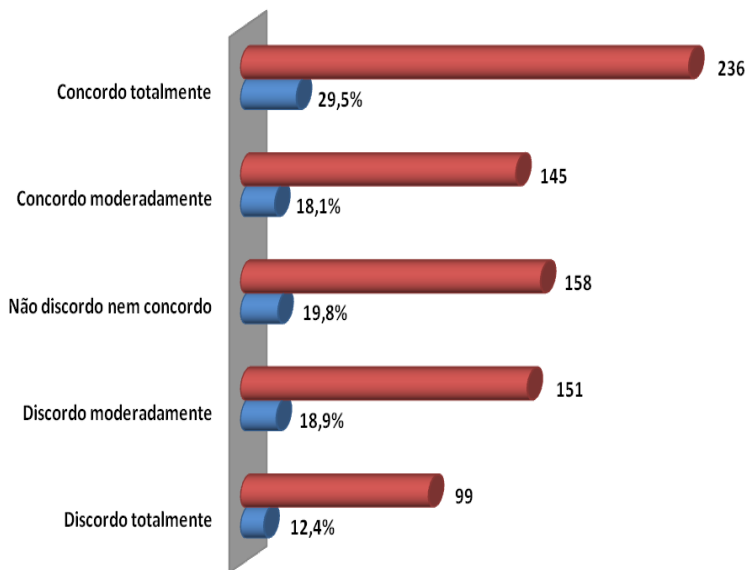


Figura 9: Distribuição frequencial e percentual da amostra para a questão 23 do QAAH

Quanto à questão “Acho que o Estado deveria proibir a um casal homossexual adotar uma criança, em qualquer circunstância”, verifica-se que 37,8% dos sujeitos concorda totalmente (N=302), 21,3% dos sujeitos concorda moderadamente (N=170), 15,5% dos sujeitos não discordam nem concordam (N=124), 11,9% dos sujeitos discordam moderadamente (N=95) e, 13,1% dos sujeitos discordam totalmente (N=105) (cf. figura 10).

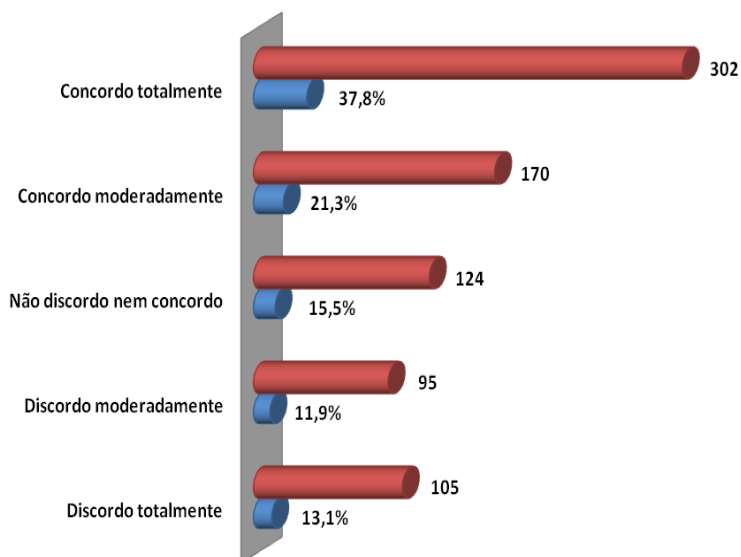


Figura 10: Distribuição frequencial e percentual da amostra para a questão 28 do QAAH

## Capítulo VII - Discussão

Os resultados obtidos indicam que a amostra apresenta um baixo nível de força da fé e disposição para a aceitação da homossexualidade. Desta forma, podemos admitir que a ausência de compromisso religioso ou uma inexpressiva prática religiosa estará relacionada com atitudes de tolerância para com os homossexuais. Não obstante, a amostra apresenta algumas particularidades, nomeadamente uma elevada percentagem de sujeitos católicos (71,3%) e, uma baixa expressão de violência e discriminação para com os homossexuais. Conforme o estudo de Maria Machado no Brasil, entre várias filiações religiosas, é a católica a que promove a inclusão sendo apontada como não homofóbica (Bomfim, 2009).

No que respeita à relação entre a fé e a atitude face à homossexualidade, a amostra revela que os sujeitos que apresentam um nível de fé mais elevado são os que demonstram um maior preconceito para com os homossexuais. Em relação aos fatores, o grupo com o nível de fé mais elevado evidencia uma maior rejeição relativamente a pessoas homossexuais, uma menor aceitação do reconhecimento legal do casamento e uniões entre estes casais, um maior preconceito em relação à capacidade para exercer a parentalidade e adoção e, maior preconceito no que refere a relações de intimidade entre e/ou com homossexuais. Nos fatores “Importância” e “Moralidade” embora as diferenças não sejam significativas, no primeiro, o grupo com fé mais elevada apresenta uma atitude preconceituosa para a importância da orientação sexual mas, no segundo, este mesmo grupo revela aceitação em relação à moralidade e idoneidade dos homossexuais. É de salientar que este fator não apresenta uma boa validade psicométrica, o que poderá condicionar o resultado. Estas considerações vão ao encontro de vários estudos, nomeadamente o de Machado Pais, Villaverde Cabral e Vala (2000) onde se considerou que a intensidade da prática religiosa está associada a uma maior rejeição de atitudes liberais relativamente à sexualidade; o estudo de Whitley (2009) que refere que os sujeitos com um maior compromisso religioso seriam mais preconceituosos e, o estudo de Herek e Gonzalez-Rivera (2006, citado por Lozano Verduzco & Díaz-Loving, 2009) que consideram que as pessoas que praticam uma religião são mais homofóbicas. A hipótese formulada para a relação entre estas variáveis confirma-se.

Relativamente ao género, os homens destacam-se pela atitude preconceituosa que os resultados revelam para a atitude global e fatores. Claramente os resultados apontam para o preconceito nos homens e uma maior aceitação nas mulheres. Apesar de não se verificarem diferenças estatisticamente significativas no fator “Moralidade”, uma vez mais são os homens que demonstram menor aceitação comparativamente às mulheres. Estes resultados vão ao encontro de outras investigações onde se consideraram os homens mais preconceituosos (Gato, Leme & Leme, 2010; Kite & Whitley, 1996; Kunkel & Temple, 1992). A hipótese formulada confirma-se.

Para o estado civil verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas na atitude global e nos fatores exceto no fator “Importância”. Os casados revelam-se mais

preconceituosos e a categoria “Outro” que reflete outros estados maritais (compromisso afetivo, namoro, etc.) apresenta-se como a mais tolerante para a atitude global, a aceitação de pessoas homossexuais, o reconhecimento legal do casamento e uniões entre homossexuais, homoparentalidade e intimidade. Quanto à moralidade e ética dos homossexuais, e sem esquecer as limitações psicométricas do fator, verifica-se que os solteiros apresentam um maior preconceito e os sujeitos classificados na união de facto apresentam uma atitude de maior aceitação. Apenas o fator “Importância” não apresenta valores estatísticos significativos, tendo a categoria “Viúvos” apresentado uma maior aceitação da orientação homossexual e, os divorciados demonstrado maior preconceito. É de realçar quanto à relação entre estas variáveis que não existem referências a estudos similares com os quais possamos comparar os resultados obtidos.

Quanto à idade, a literatura indica que sujeitos mais velhos são mais homofóbicos (Anderssen, 2002; Dance, 2008; Davies, 2004; Herek & Gonzalez-Rivera, 2006; Kite & Whitley, 1998, Toro-Alfonso & Varas-Díaz, 2004, citado por Lozano Verduzco & Díaz-Loving, 2009). Os resultados obtidos mostram alguma reserva em relação a estas considerações. Apresentam-se diferenças significativas em dois fatores, sendo evidente o preconceito para os mais velhos (mais de 65 anos) no reconhecimento das uniões de facto e casamento entre homossexuais mas, no fator “Moralidade”, os sujeitos que apresentam preconceito têm idades bastante inferiores (até aos 21 anos). Na atitude global e restantes fatores, ainda que não existam diferenças significativas, verifica-se que são as gerações mais velhas as mais preconceituosas. Desta forma, não existem evidências inequívocas que permitam confirmar a hipótese formulada.

Nas habilitações literárias, os resultados indicam para a atitude global que os sujeitos com maiores habilitações são mais tolerantes e os sujeitos com um menor nível de conhecimentos demonstram um maior preconceito. O mesmo sucede nos fatores “Aceitação”, “Parentalidade”, “Importância” e “Moralidade”. No “Reconhecimento legal” verifica-se que a aceitação é evidente nos licenciados mas, os bacharéis apresentam-se como os mais preconceituosos. No que respeita ao fator “Intimidade”, não se apresentam diferenças significativas, porém, a aceitação está para o grau mais elevado de conhecimentos e o preconceito para aqueles que apresentam menores habilitações. Tais resultados coincidem com o que se apurou no estudo de Gato, Fontaine e Carneiro (2010), Grapes (2006) e Lambert, Ventura, Hall e Cluse-Tolar (2006) onde se observou uma maior aceitação da homossexualidade entre as populações mais instruídas. Neste sentido, aceita-se a hipótese formulada.

Relativamente a outros dados analisados, verificou-se que aproximadamente metade da amostra concorda com a influência da orientação sexual dos pais sobre a orientação sexual dos filhos e, aproximadamente 60% da amostra concorda com a proibição da adoção por pais homossexuais, independentemente das circunstâncias. Estes resultados confirmam os dados obtidos no Eurobarómetro de 2006 onde uma pequena percentagem de portugueses concordou com a adoção por casais homossexuais.

## Capítulo VIII - Considerações finais

A abordagem deste tema permitiu-nos aceder à compreensão de muitas das razões que estão por detrás de comportamentos intolerantes como o preconceito sexual.

Os resultados obtidos apontam para uma baixa fé e baixo preconceito nos portugueses, o que confirma a fé religiosa como preditor de atitudes negativas para com os homossexuais, tal como Adamczyk e Pitt (2009) e Whitley (2009) concluíram nos seus estudos. Contudo, verifica-se que os portugueses com maior nível de força da fé são aqueles que manifestam um maior preconceito homossexual. Partindo desta consideração, é de salientar que a amostra é constituída por um considerável número de sujeitos cuja filiação religiosa é a católica, o que fundamenta uma investigação mais profunda sobre a relação particular desta filiação religiosa, doutrinas e princípios com os resultados alcançados.

Relativamente ao género, eram expectáveis os resultados encontrados de acordo com a literatura. Os homens apresentam maior preconceito quando comparados com as mulheres. Deste julgamento emergem os ideais de masculinidade, impostos pela sociedade em que o indivíduo se insere, promovendo a intolerância e discriminação.

O estado civil indica que os portugueses casados apresentam maior preconceito comparativamente com os outros estados civis considerados. Talvez este facto resulte de uma posição conservadora face à vivência das relações e sexualidade. Outras investigações se perspetivam decorrentes desta suposição.

Quanto à idade, ainda que não tenhamos evidências que possibilitem uma generalização, verifica-se que as gerações mais jovens demonstram uma maior aceitação da homossexualidade. Futuramente, seria interessante perceber se os mais jovens são menos conservadores que os mais velhos e dessa forma mais tolerantes em relação à sexualidade e, se essa postura deriva de uma maior ou menor prática religiosa.

No que respeita às habilitações literárias, tal como referido na revisão teórica, os sujeitos mais instruídos são mais tolerantes. A elevada instrução dos sujeitos desta amostra é assinalável, o que torna indispensável em futuras investigações, a inclusão de sujeitos que representem outros níveis de conhecimento, de forma a analisar objetivamente a sua relação com este tipo de preconceito.

Os dados obtidos relativamente à homoparentalidade são curiosos. Uma vez que a amostra apresenta uma tendência para a aceitação da homossexualidade, é admirável a constatação de que mais de metade dos sujeitos se posiciona contra a adoção. Será que se defende a conservação da *família* e sua estrutura de acordo com os pressupostos da religião, ou, por outro lado, estará subjacente a esta reprovação o preconceito subtil? Este poderá ser o ponto de partida para outras investigações neste domínio.

Decorrendo da análise dos dados obtidos pelo instrumento que avalia as atitudes dos portugueses face à homossexualidade, será interessante compreender a importância do contato interpessoal com homossexuais e seu papel na manifestação de preconceito entre os

portugueses. Estudos em outras populações indicam que a convivência com homossexuais, permitindo conhecer os seus hábitos e estilo de vida potencia uma maior aceitação da homossexualidade (Castro-Convers, Gray, Ladany & Metzler, 2005; Herek & Capitanio, 1996; Lemm, 2006).

Outra contribuição importante desta investigação prende-se com a validação psicométrica dos instrumentos utilizados, o Questionário de Santa Clara de Força da Fé Religiosa (QSCFFR) e, o Questionário de Avaliação das Atitudes dos portugueses face à Homossexualidade (QAAH).

Não podemos ignorar algumas limitações concetuais, nomeadamente o método de recolha de dados que se realizou exclusivamente através da internet, condicionando a composição da amostra, os “missing values” registados, a composição do fator “Moralidade” que apenas se representa por um item (questão 12), condicionando a sua validade psicométrica.

O preconceito traduz-se em atos de violência física e/ou psicológica induzindo sofrimento físico e psíquico nas suas vítimas. Alguns estudos mostram que os homossexuais são expostos a um maior risco e frequentemente sofrem de baixa autoestima, depressão, abuso de substâncias, abandono escolar, suicídio, ansiedade, estresse (Buffie, 2011; Fisher, 1996). Neste sentido, cabe aos profissionais da saúde mental envolverem-se em ações de prevenção, desenvolvimento e implementação de modelos de intervenção e avaliação tendo como finalidade minimizar os efeitos desta estigmatização.



## Bibliografia

- Adamczyk, A., & Pitt, C. (2009). Shaping attitudes about homosexuality: The role of religion and cultural context. *Social Science Research*, 38(2), 338-351. doi:10.1016/j.ssresearch.2009.01.002
- Albuquerque, M. & Ramos, S. (2007). *A sexualidade na deficiência mental profunda - um estudo descritivo sobre atitudes de pais e profissionais*. Consultado em 21 de Março de 2011, em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0367.pdf>
- Almeida, J. & Carvalheira, A. (2007). Flutuações e diferenças de género no desenvolvimento da orientação sexual: Perspectivas teóricas. *Análise Psicológica*, nº3, série XXV, Julho-Setembro: 243-350.
- Álvarez, P., & Jurgenson, J. (2009). Validación de una escala para medir actitudes ante la sexualidad en la población mexicana. (Spanish). *Archivos Hispanoamericanos De Sexología*, 15(1), 13-21.
- Baltazar, D. (2003). *Um estudo sobre a recorrência às crenças religiosas pelos pacientes psiquiátricos e os efeitos na condução do tratamento pelos profissionais de saúde mental*. Tese apresentada na Escola Nacional de Saúde Pública. Consultado a 13 de Junho de 2011, em: <http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/vargasdm.pdf>
- Barros, J. (2000). *Psicologia da Religião*. Coimbra: Almedina.
- Bomfim, P. (2009). *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre na Universidade Católica de Brasília. Consultado em 5 de Fevereiro de 2011, em: [http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1138](http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1138)
- Buffie, W. C. (2011). [Commentary on] Public Health Implications of Same-Sex Marriage. *American Journal Of Public Health*, 101(6), 986-990. doi:10.2105/AJPH.2010.300112
- Callegher, J. D. (2010). Attitudes toward Homosexuality among Catholic-Educated University Graduates. *Catholic Education: A Journal Of Inquiry And Practice*, 13(3), 306-328.

- Cardoso, F. (2008). O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. *Revista Interamericana De Psicología*, 42(1), 69-79.
- Castro-Convers, K., Gray, L. A., Ladany, N., & Metzler, A. E. (2005). Interpersonal Contact Experiences with Gay Men: A Qualitative Investigation of 'Fag Hags' and Gay-Supportive Heterosexual Men. *Journal Of Homosexuality*, 49(1), 47-76. doi:10.1300/J082v49n01\_03
- Ceccarelli, P. R. (Setembro de 2000). Sexualidade e preconceito. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, III, pp. 18-37.
- Coimbra, J. L., & Castro, M. G. (2001). *Psicologia* (2ª ed.). Porto: Edições ASA.
- Davi, E. H. (Janeiro/Junho de 2005). Intolerância e homossexualidade: as marcas da homofobia na Cultura Ocidental. *Caderno Espaço Feminino*, 13, pp. 119-137.
- Dermer, S. B., Smith, S. D., & Barto, K. K. (2010). Identifying and correctly labeling sexual prejudice, discrimination, and oppression. *Journal Of Counseling & Development*, 88(3), 325-331. doi:10.1002/j.1556-6678.2010.tb00029.x
- Drucker, C. (2005). *Religiosidade, crenças e atitudes em idosos deprimidos: em um serviço de saúde mental em São Paulo, Brasil*. Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Gerontologia da Universidade Estadual de Campinas. Consultado em 13 de Outubro de 2011, em: <http://www.amebrasil.org.br/html/ClaudiaDrucker-TESECOMPLETA.pdf>
- Eurobarómetro (2006). *Eurobarómetro 66. Opinião Pública na União Europeia. Relatório nacional Portugal*. Consultado a 20 de Abril de 2012, em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb66/eb66\\_pt\\_nat.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb66/eb66_pt_nat.pdf)
- Eurobarómetro (2008). *Discrimination in the European Union 2008, Results for Portugal*. Consultado a 15 de Outubro de 2011, em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_296\\_sheet\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_296_sheet_pt.pdf)
- Faria, J. & Seidl, E. (2005). Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: Revisão da literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 3(18), 381-389. Consultado a 29 de Junho de 2006, através de Scielo Brasil.

- Felson, J. (2011). The Effect of Religious Background on Sexual Orientation. *Interdisciplinary Journal Of Research On Religion*, 71-33.
- Fisher, J. (1996, October). The effect of an educational program on teacher and school counselor knowledge, attitudes, and beliefs regarding homosexuality and gay youth. *Dissertation Abstracts International Section A*, 57,
- Frazão, P., & Rosário, R. (2008). O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, 1 (XXVI), 33-35.
- Funai, A. (2010). *Uso do álcool e religiosidade em estudantes de enfermagem*. Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências. Consultado a 12 de Setembro de 2011, em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-09032010-161913/fr.php>
- Gato, J., Fontaine, A.M., & Carneiro, N. S. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, Portugal. Consultado a 20 de Abril de 2012, em: [http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiFam\\_3.pdf](http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiFam_3.pdf)
- Gato, J., Leme, V., & Leme, A. (2010). *Atitudes relativamente à homossexualidade em Portugal e no Brasil*. Consultado a 22 de Janeiro de 2012, em: <http://hdl.handle.net/10216/26671>
- Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Reisberg, D. (2003). *Psicologia* (6ª ed.). (D. R. Silva, Trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grapes, K. (2006). Ignorant Discrimination: How Education Levels Affect Attitudes Toward Homosexuality and Gay Rights. *Sociological Viewpoints*, 2251-59.
- Heilborn, M. L., & Brandão, E. R. (1999). Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade. In M. L. Heilborn, *Sexualidade: o olhar das ciências sociais* (pp. 7-17). Rio de Janeiro: Editora Zahar.

- Herek, G. M. (1984). Beyond 'homophobia': A social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. *Journal Of Homosexuality*, 10(1-2), 1-21. doi:10.1300/J082v10n01\_01
- Herek, G. M., & Capitanio, J. P. (1996). 'Some of my best friends': Intergroup contact, concealable stigma, and heterosexuals' attitudes toward gay men and lesbians. *Personality And Social Psychology Bulletin*, 22(4), 412-424. doi:10.1177/0146167296224007
- Herek, G. M. (2000). The Psychology of Sexual Prejudice. *Current Directions In Psychological Science (Wiley-Blackwell)*, 9(1), 19-22.
- Hunsberger, B. (1996). Religious Fundamentalism, Right-Wing Authoritarianism, and Hostility Toward Homosexuals in Non-Christian Religious Groups. *International Journal For The Psychology Of Religion*, 6(1), 39.
- Hunsberger, B., & Jackson, L. M. (2005). Religion, Meaning, and Prejudice. *Journal Of Social Issues*, 61(4), 807-826. doi:10.1111/j.1540-4560.2005.00433.x
- Kim, B. K., D'Andrea, M. J., Sahu, P. K., & Gaughen, K. S. (1998). A multicultural study of university students' knowledge of an attitudes toward homosexuality. *Journal Of Humanistic Education & Development*, 36(3), 171.
- Kite, M. E., & Whitley, B. r. (1996). Sex Differences in Attitudes toward Homosexual Persons, Behaviors, and Civil Rights: A Meta-analysis. *Personality And Social Psychology Bulletin*, 22(4), 336-53.
- Kunkel, L. E., & Temple, L. L. (1992). Attitudes towards AIDS and homosexuals: Gender, marital status, and religion. *Journal Of Applied Social Psychology*, 22(13), 1030-1040. doi:10.1111/j.1559-1816.1992.tb00940.x
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 15(1), 165-178. doi:10.1590/S0102-79722002000100018
- LaMar, L., & Kite, M. (1998). Sex Differences in Attitudes Toward Gay Men and Lesbians: A Multidimensional Perspective. *Journal Of Sex Research*, 35(2), 189-196.

- Lambert, E. G., Ventura, L. A., Hall, D. E., & Cluse-Tolar, T. (2006). College Students' Views on Gay and Lesbian Issues: Does Education Make a Difference?. *Journal Of Homosexuality*, 50(4), 1-30.
- Lemm, K. M. (2006). Positive Associations Among Interpersonal Contact, Motivation, and Implicit and Explicit Attitudes Toward Gay Men. *Journal Of Homosexuality*, 51(2), 79-99. doi:10.1300/J082v51n02\_05
- Lima, M. & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411. Consultado a 02 de Maio de 2011, em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26190302.pdf>
- Lozano Verduzco, I., & Díaz-Loving, R. (2009). Factores asociados a la expresión de la homofobia en la Ciudad de México. *Archivos Hispanoamericanos De Sexología*, 15(2), 45-66.
- Machado Pais, J., Villaverde Cabral, M., & Vala, J. (2000). *Atitudes e práticas religiosas dos portugueses*. Lisboa: ICS/ISSP.
- Matias, D. (2007). Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação. *Análise Psicológica*, 25(1), 149-152.
- Mclelland, K. C., & Sutton, G. W. (2008). Sexual orientation, mental health, gender, and spirituality: prejudicial attitudes and social influence in faith communities. *Journal Of Psychology & Theology*, 36(2), 104-113.
- Mendonça, H. & Tamayo, A. (2003). Construção e validação de um instrumento para a medida de atitude em a relação à retaliação organizacional. *Avaliação Psicológica*, 2(2), 147-153.
- Menéndez, M. (2007). Religiosidade e valores em Portugal: comparação com a Espanha e a Europa católica. *Análise Social*, XLII(184), 757-787. Consultado a 9 de Abril de 2011, em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n184/n184a04.pdf>
- Nedeff, C. (2001). Contribuições da sexologia sobre a sexualidade infantil nos dois primeiros anos de vida: uma revisão bibliográfica. (Portuguese). *Psicologia: Teoria E Prática*, 3(2), 83-91.

- Neto, F. (1997). *Psiquiatria e religião - A prevalência de transtornos mentais entre ministros religiosos*. Tese para a obtenção do título de livre-docente apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Consultado a 25 de Junho de 2006, em: [http://www.hojenet.org/htm/profissional\\_arquivos.htm](http://www.hojenet.org/htm/profissional_arquivos.htm)
- Neto, F. (1998). *Psicologia social*. Vol. I. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, M. (2008). *Relação entre religiosidade e orientação moral de homens e mulheres*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre na Universidade de Lisboa. Consultado a 23 de Fevereiro de 2011, em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1311/1/19577\\_ulfc091293\\_tm\\_TeseEugenia\\_080423\\_Versao\\_final.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1311/1/19577_ulfc091293_tm_TeseEugenia_080423_Versao_final.pdf)
- Nielsen, K. (2010). Atheism. *Em Encyclopædia Britannica*. Consultado a 2 de Maio de 2011, em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/40634/atheism>
- Oliveira, E. (2007). *Atitudes dos alunos brancos em relação a alunos negros*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre na Universidade Aberta. Consultado a 15 de Março de 2012, em: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/626>
- Panzini, R. (2004). *Escala de coping religioso-espiritual (Escala CRE): tradução, adaptação e validação da escala RCOPE, abordando relações com saúde e qualidade de vida*. Dissertação não-publicada para a obtenção do grau de mestre em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Consultado a 12 de Dezembro de 2011, em: <http://hdl.handle.net/10183/7100>
- Pereira, A. (2004). *Representações Sociais do Homossexualismo e Preconceito contra Homossexuais*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre na Universidade Católica de Goiás. Consultado em 23 de Janeiro de 2011, em: [http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_arquivos/11/TDE-2006-11-23T133435Z-236/Publico/Anelyse%20dos%20Santos%20Lira%20Soares%20Pereira.pdf](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/11/TDE-2006-11-23T133435Z-236/Publico/Anelyse%20dos%20Santos%20Lira%20Soares%20Pereira.pdf)
- Pereira, A., Monteiro, M., & Camino, L. (2009). Estudo da validação das escalas de crenças sobre a natureza da homossexualidade e de preconceito contra homossexuais. (Italian). *Laboratório De Psicologia*, 7(1), 21-32.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal Of Social Psychology*, 25(1), 57-75.

- Plante, T. G., & Boccaccini, M. T. (1997). Reliability and Validity of the Santa Clara Strength of Religious Faith Questionnaire. *Pastoral Psychology*, 45(6), 429-437.
- Plante, T. G., & Boccaccini, M. T. (1997). The Santa Clara Strength of Religious Faith Questionnaire. *Pastoral Psychology*, 45(5), 375-387.
- Rodrigues, C. (2008). Psicologia da religião na investigação científica da atualidade. (Portuguese). *Ciências Da Religião: História E Sociedade*, 6(2), 36-71.
- Santos, E. (2008). *Comportamento sexual e religiosidade: um estudo com jovens brasileiros*. Tese de doutorado no programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Consultado a 03 de Julho de 2011, em: [http://www.msmdia.com/CEPRUA/arquivos/Tese\\_ElderCerqueiraSantos\\_bibliotec a.pdf](http://www.msmdia.com/CEPRUA/arquivos/Tese_ElderCerqueiraSantos_bibliotec a.pdf)
- Silva, E. (2004). Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Rever - revista de estudos da religião*, 2, 1-14. Consultado a 2 de Maio de 2011, em: [http://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2004/p\\_silva.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf)
- Theodore, P. S., & Basow, S. A. (2000). Heterosexual masculinity and homophobia: A reaction to the self?. *Journal Of Homosexuality*, 40(2), 31-48. doi:10.1300/J082v40n02\_03
- Vincent, W., Parrott, D. J., & Peterson, J. L. (2011). Effects of traditional gender role norms and religious fundamentalism on self-identified heterosexual men's attitudes, anger, and aggression toward gay men and lesbians. *Psychology Of Men & Masculinity*, 12(4), 383-400. doi:10.1037/a0023807
- Wells, J. W., & Franken, M. L. (1987). University Students' Knowledge about and Attitudes toward Homosexuality. *Journal Of Humanistic Education And Development*, 26(2), 81-95.
- Whitley, J. E. (2009). Religiosity and Attitudes Toward Lesbians and Gay Men: A Meta-Analysis. *International Journal For The Psychology Of Religion*, 19(1), 21-38. doi:10.1080/10508610802471104
- Zucco, L., & de Souza Minayo, M. (2009). Sexualidade feminina em revista(s). (Portuguese). *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 13(28), 43-54.



## **Anexos**

---

## **Anexo 1 - Consentimento Informado**

### **CONSENTIMENTO INFORMADO**

No âmbito da elaboração da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, na Universidade da Beira Interior, pretende-se investigar **a influência da religiosidade nas atitudes dos portugueses face à homossexualidade.**

Para colaborar é necessário que preencha os questionários que se seguem.

Em momento algum será solicitada a sua identificação pessoal e todos os dados recolhidos serão tratados de forma anónima e confidencial. Se assim o entender, poderá a qualquer instante desistir da sua participação.

Obrigado pela sua colaboração.

## Anexo 2 - Instrumentos

### QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO

Por favor responda às seguintes questões. Todas as respostas anónimas e confidenciais.

A sua idade: \_\_\_\_\_

O seu sexo:  Mulher  Homem

A sua escolaridade:  até 4 anos  até 6 anos  até 9 anos  até 12 anos  
 Bacharelato  Licenciatura  Pós-Graduação

O seu estado civil:

solteira(o)  casada(o)  viúva(o)  Unida(o) de facto  divorciada(o)  outro

Como se identifica em relação à sua orientação sexual:

Heterossexual  Bissexual  Homossexual  Não sabe/não responde

A sua ocupação/profissão: \_\_\_\_\_

A sua região de residência:

Minho-Lima  Cávado  Ave  Grande Porto  Tâmega  Entre Douro e Vouga  Douro  
 Alto Trás-os-Montes  Baixo Vouga  Baixo Mondego  Pinhal Litoral  Pinhal Interior Norte  
 Dão-Lafões  Pinhal Interior Sul  Serra da Estrela  Beira Interior Norte  Beira Interior Sul  
 Cova da Beira  Grande Lisboa  Península de Setúbal  Médio Tejo  Lezíria do Tejo  
 Alentejo Litoral  Alto Alentejo  Alentejo Central  Baixo Alentejo  Algarve  Madeira  Açores

**QUESTIONÁRIO DE SANTA CLARA DE FORÇA DA FÉ RELIGIOSA**

**T.G. PLANTE & M. T. BOCCACCINI (1997)**

Por favor, responda às seguintes questões sobre fé religiosa, usando a cotação abaixo mencionada. Indique o grau de concordância ou discordância para cada uma das afirmações.

**1= Discordo totalmente**

**2= Discordo**

**3= Concordo**

**4= Concordo plenamente**

1. A minha fé religiosa é extremamente importante para mim.
2. Rezo diariamente.
3. Vejo a minha fé como uma fonte de inspiração.
4. Vejo a minha fé como provedora de significado e propósito na minha vida.
5. Considero-me activo na minha fé ou igreja.
6. A minha fé é parte importante do meu ser enquanto pessoa.
7. A minha relação com Deus é extremamente importante para mim.
8. Agrada-me ter a companhia de outros que partilham da minha fé.
9. Vejo a minha fé como fonte de conforto.
10. A minha fé influencia muitas das minhas decisões.


## QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATITUDES DOS PORTUGUESES FACE À HOMOSSEXUALIDADE

O objectivo da presente investigação é compreender as atitudes dos portugueses face à homossexualidade. Para tal, necessitamos da sua colaboração através do preenchimento do questionário que a seguir se apresenta.

Não existem respostas certas nem erradas, apenas a sua opinião conta. Por favor, responda de acordo com o modo como realmente sente, dado que todas as respostas são **anónimas e confidenciais**.

Para responder, coloque uma cruz (X) no quadrado a que corresponde a sua resposta. Tenha em conta que quando se refere a “pessoas homossexuais” estamos a falar de mulheres (lésbicas), homens (gays) e mulheres e homens bissexuais que estão num processo de expressão da sua sexualidade e identidade na sua vertente homoerótica.

Desde já muito obrigado pela sua colaboração.

1 - Discordo Totalmente  
2 - Discordo Moderadamente  
3 - Não discordo nem concordo  
4 - Concordo Moderadamente  
5 - Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5
1. As pessoas homossexuais não deveriam ter cargos profissionais ou políticos de responsabilidade.					
2. Não me importaria de ter um vizinho que fosse homossexual.					
3. As pessoas homossexuais são perigosas para as crianças e os jovens.					
4. As pessoas homossexuais não deveriam ser discriminadas nos seus locais de trabalho.					
5. As pessoas homossexuais são mais propensas do que as pessoas heterossexuais a cometerem actos desviantes, por ex: violação de crianças.					
6. Se eu descobrisse que uma pessoa que eu admirasse era homossexual, isso não afectaria a minha opinião sobre essa pessoa.					
7. Não me importaria que um(a) professor(a) de um filho meu fosse homossexual.					
8. A aceitação crescente das pessoas homossexuais na nossa sociedade está a contribuir para deterioração da moralidade.					

	1	2	3	4	5
9. Acho que o Estado deveria aprovar uma lei que permita a uma pessoa casar-se com outra do mesmo sexo, nas mesmas circunstâncias legais que se aplicam ao contrato de casamento entre pessoas de sexo diferente.					
10. O casamento entre pessoas do mesmo sexo coloca a instituição familiar em perigo.					
11. Acho que as pessoas homossexuais não deveriam poder casar-se.					
12. Considero que as pessoas homossexuais são moral e eticamente idóneas.					
13. Acho que as pessoas homossexuais simplesmente não deveriam ter acesso a nenhuma forma de reconhecimento civil das suas uniões.					
14. Acho que as pessoas homossexuais não deveriam poder casar-se, mas deveriam poder manter o acesso à união de facto.					
15. Considero que as pessoas homossexuais são psicologicamente desajustadas.					
16. Para mim, a existência de pessoas homossexuais na nossa sociedade é perfeitamente aceitável.					
17. A ideia de dois homens ou duas mulheres a terem relações íntimas incomoda-me.					
18. Sentir-me-ia desconfortável se tivesse que trabalhar de perto com uma pessoa homossexual.					
19. As pessoas homossexuais tendem a adoptar papéis específicos nas suas relações íntimas (por ex: alguém faz de homem ou de mulher).					
20. Não me importaria de ter amigos homossexuais.					
21. A ideia de dois homens ou duas mulheres a mostrarem afecto em público para mim é desconfortável.					
22. Sentir-me-ia confortável se soubesse que uma pessoa do mesmo sexo me achasse atraente.					
23. A adopção de uma criança por parte de um casal homossexual poderia influenciar a orientação sexual dessa criança.					
24. A qualidade do amor entre pessoas do mesmo sexo é igual à de pessoas de sexo diferente.					
25. Uma mãe ou um pai homossexual tem menos capacidades do que uma mãe ou um pai heterossexual.					
26. Acho que o movimento de associações de defesa dos direitos das pessoas homossexuais é uma coisa positiva.					
27. Aceitaria bem o facto de um(a) filho(a) meu/minha ser homossexual.					
28. Acho que o Estado deveria proibir a um casal homossexual adoptar uma criança, em qualquer circunstância.					
29. As pessoas homossexuais deveriam ter tratamento psicológico para mudar a sua orientação sexual.					
30. O bem-estar psicológico de uma criança será afectado negativamente se tiver duas mães ou dois pais.					
31. É preferível que uma criança permaneça num centro de acolhimento a ser adoptada por um casal de pessoas homossexuais.					
32. Um casal de pessoas homossexuais que esteja motivado para adoptar uma criança terá as mesmas capacidades para criar uma criança do que um casal de pessoas heterossexuais.					
33. Acho que o Estado deveria permitir a adopção de crianças por parte de casais homossexuais desde que as suas capacidades de maternidade/paternidade sejam avaliadas pelo tribunal ou por psicólogos.					

### Anexo 3 - Autorização para divulgação na ASSOCIAÇÃO ILGA PORTUGAL

Centro LGBT centro@ilga-portugal.pt

25/02/11

para mim

Cara Cátia,

O seu estudo foi divulgado no site da ILGA Portugal no seguinte espaço:  
<http://ilga-portugal.pt/participar/estudos-decorrer.php>

Atenciosamente,  
Ana Chhaganlal  
(coordenação do Centro LGBT)  
Tel: [+351 927 247 468](tel:+351927247468)

Visite-nos no **Centro LGBT**  
Quarta a Sábado - das 18h às 23h  
Rua de S. Lázaro, 88, 1150-333 Lisboa  
Metro: Martim Moniz | Bus: 790  
Email: [centro@ilga-portugal.pt](mailto:centro@ilga-portugal.pt)  
Tel: [+351 218 873 918](tel:+351218873918)

Associação ILGA PORTUGAL  
Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero  
<http://www.ilga-portugal.pt/>

--

Inscreva-se como noss@ associad@ em <http://www.ilga-portugal.pt/participar/inscricao-socio.php>

A sua contribuição é mesmo muito importante para o nosso trabalho - ajude-nos a fazer mais e melhor!

## **Anexo 4 - Autorização da utilização do instrumento de medida da fé religiosa**

Re: Santa Clara Strength of Religious Faith Questionnaire  
De: **Thomas Plante** (tplante@scu.edu)  
Enviada: quinta-feira, 17 de Fevereiro de 2011 01:34:52  
Para: Cátia Carvalho (catiadrcarvalho@hotmail.com)

Catia.

Thank you for your email and request. No problem. Feel free to use the scale. Please see the link at the bottom of my web page (address below) that will give you all you'll need including references and such.

best wishes, tp

Thomas G. Plante, Ph.D., ABPP  
Professor, Psychology Department  
Alumni Science Hall, Room 203  
Santa Clara University  
500 El Camino Real  
Santa Clara, CA 95053-0333

408-554-4471 (voice)  
408-554-5241 (fax)  
email: tplante@scu.edu  
web site: www.scu.edu/tplante

>>> Cátia Carvalho<catiadrcarvalho@hotmail.com> 2/16/2011 4:48 PM >>>

Dear T. Plante,

My name is Cátia Carvalho, I am a student of Masters in Psychology at the University of Beira Interior, Portugal. I am currently doing a research on religion and homosexuality.  
I would use the Santa Clara Strength of Religious Faith Questionnaire and to validate for the Portuguese population.  
I would appreciate your permission.

Yours sincerely,

Catia Carvalho